



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS  
ADM: 2013/2016

Lei nº. 10/2015, 22 de Junho de 2015.

**“Dispõe sobre aprovação do Plano Municipal de Educação, para o decênio 2014-2024, na forma a seguir especificada, e adota outras providências”.**

**Herculanito Antônio Lima**, Prefeito Municipal de São Domingos, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica aprovado o Plano Municipal de Educação para o decênio 2014-2024, constante do **Anexo I**, desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214, da Constituição Federal.

**Art. 2º.** São diretrizes do PME – 2014/2024:

- I - ênfase na alfabetização;
- II - universalização do atendimento de pré-escola e ampliação do atendimento na creche;
- III - superação das desigualdades educacionais;
- IV - melhoria da qualidade do ensino;
- V - promoção da sustentabilidade socioambiental;
- VI - promoção humanística;
- VII - valorização dos profissionais da educação; e
- VIII - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

**Art. 3º.** As metas previstas no Anexo I, desta Lei, deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME – 2014/2024, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.

**Art. 4º.** As metas previstas no Anexo I, desta Lei, deverão ter como referência os censos nacionais da educação básica, o Sistema Educacional de Registro Escolar do Estado de Goiás e dados da Secretaria Municipal da Educação atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS  
ADM: 2013/2016

**Art. 5º.** A meta de ampliação do investimento público em educação poderá ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PME - 2014/2024.

**Art. 6º.** O Município deverá promover a realização de Conferências Municipais de Educação com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME -2014 - 2024 e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para o decênio 2025 - 2035.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação articulará e coordenará as Conferências Municipais de Educação previstas no caput, deste artigo.

**Art. 7º.** O Plano Plurianual - PPA, as Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO - e os Orçamentos Anuais - LOA - deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME - 2014/2024, a fim de viabilizar sua plena execução.

**Art. 8º.** O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar.

**Parágrafo único.** O IDEB é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP -, vinculado ao Ministério da Educação.

**Art. 9º.** Para efeitos desta Lei compreende-se como Rede Municipal as Escolas Municipais e os Centros Municipais de Educação Infantil.

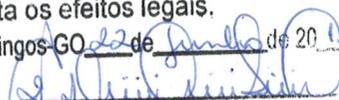
**Art. 10.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas, se necessárias, e de outros recursos capitados no decorrer da execução do Plano Municipal de Educação.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Domingos, aos 22 dias do mês de junho de 2015

  
**HERCULANITO ANTÔNIO LIMA**  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**  
Certificamos para os devidos fins que o presente ato administrativo foi fixado no "placard" da Prefeitura Municipal de São Domingos, para publicação a fim de que surta os efeitos legais.  
São Domingos-GO de 22 de Junho de 2015

  
Secretário de Administração

**Prefeitura Municipal de São Domingos**

**Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e  
Lazer**

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
2015 - 2025**

São Domingos-GO,  
2015

**Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e  
Lazer**

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
2015 – 2025**

São Domingos-GO,  
2015

# **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO DOMINGOS**

**HERCULANITO ANTONIO LIMA**

Prefeito Municipal

**LUZIA MARQUES DA COSTA PEREGRINO**

Secretária Municipal de Educação

**FRANCISCO CARDOSO DE SOUZA**

Coordenador para Elaboração do PME

**DADILENE DE OLIVEIRA CHAVES**

Secretária Executiva para Elaboração do PME

**MEMBROS DO GRUPO COLABORATIVO**

ANTONA EDIGLEUMA ABRANTE DE LIMA CASTRO

ANTONILSON PEREIRA DOS SANTOS

LUCIMÁRIA RODRIGUES FARIAS

**MEMBROS DAS COMISSÕES REPRESENTATIVAS**

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

**(Paulo Freire)**

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Imagem aérea da cidade de São Domingos-GO.

Figura 2: Localização de São Domingos em Goiás.

Figura 3: Imagem da meso e microrregião do Estado de Goiás.

Figura 4: Microrregião do Vão do Paranã.

Figura 5 e 6: Campeonato estudantil de capoeira.

Figura 7: Festa de Agosto Padroeira da Lapa.

Figura 8: Carnaval na beira lago de São Domingos.

Figura 9: Rodeio da Festa agropecuária de São Domingos.

Figura 10: Feira da festa de Agosto do padroeiro de São Domingos.

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1:** População do município de São Domingos – Go.

**Tabela 2:** População residente e por faixa etária segundo o município de São Domingos - Go.

**Tabela 3:** Taxa de analfabetismo por faixa etária, São Domingos - Go 2010.

**Tabela 4:** PIB, IDH e IDI do município de São Domingos – Go.

**Tabela 5:** Estabelecimento de saúde por tipo e localização, São Domingos - Go.

**Tabela 6:** Rebanho dominicano em 2014.

**Tabela 7:** Desenvolvimento humano, períodos de 1991, 2000 e 2010, São Domingos – Go.

**Tabela 8:** Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Estadual.

**Tabela 9:** Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Municipal.

**Tabela 10:** Resultados Finais do Censo Escolar 2012

**Tabela 11:** Resultados Finais do Censo Escolar 2013

**Tabela 12:** Resultados Finais do Censo Escolar 2014

**Tabela 13:** Resultados Finais do Censo Escolar 2015

**Tabela 14:** Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de São Domingos, por dependência administrativa e etapas da educação básica.

**Tabela 15:** Funções docentes por etapas e modalidades – Rede Municipal (2010).

**Tabela 16:** Número de professores e coordenadores da rede Municipal e Estadual em 2014.

**Tabela 17:** Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2014.

**Tabela 18:** Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2015.

**Tabela 19:** Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de São Domingos, por dependência administrativa e localização.

**Tabela 20:** Frequência por Ano de nascimento, segundo Município residente Nascidos vivos São Domingos - Go.

**Tabela 21:** Taxa de escolarização da Educação Infantil de São Domingos (2010).

**Tabela 22:** Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de São Domingos, por localização (2010).

**Tabela 23:** Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de São Domingos, por dependência administrativa e localização (2007/2010).

**Tabela 24:** Taxa de Escolarização Líquida da população de 7 a 17 anos, 2010.

**Tabela 25:** Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010.

**Tabela 26:** Percentual da população frequentando ou que já terminou o Ensino Fundamental em São Domingos, 1991, 2000 e 2010.

**Tabela 27:** Matrícula do Ensino Fundamental I do Município de São Domingos, por idade e série. Rede Municipal, 2015

**Tabela 28:** Taxa de Distorção Idade-Série. Rede Municipal de São Domingos, 2015.

**Tabela 29:** Taxas de Rendimento – Rede Municipal

**Tabela 30:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Fundamental 2005/2011

**Tabela 31:** Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de São Domingos, por dependência administrativa e localização 2007, 2008, 2009 e 2010.

**Tabela 32:** Taxa de Rendimento do Ensino Médio - Rede Estadual. Fase/Nível.

**Tabela 33:** Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)2014

**Tabela 34:** Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de São Domingos, por dependência administrativa e localização (2010/2012)

**Tabela 35:** Nível Educacional da População Jovem, (2012, 2013, 2014)

**Tabela 36:** Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, (1991, 2000 e 2010).

**Tabela 37:** Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas – Rede Municipal de São Domingos.

**Tabela 38:** Matrículas da Educação Especial de São Domingos Goiás 2014.

**Tabela 39:** Receitas com o setor educacional do município de São Domingos, administradas pela prefeitura (2012 / 2014).

**Tabela 40:** Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de São Domingos, por nível ou modalidade de ensino (2009 / 2012).

**Tabela 41:** Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no município de São Domingos (2011 / 2014).

**Tabela 42:** Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2014 (Em R\$).

**Tabela 43:** Recursos da educação no PPA (2012 / 2014).

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |   |
|------------|---|
| AC         | Atividade Complementar  |
| CEMRV      | Colégio Estadual Maria Regis Valente                            |
| CRAS       | Centro de Referência de Assistência Social                      |
| DIREC      | Diretoria Regional de Educação                                  |
| EC         | Emenda Constitucional   |
| EJA        | Educação de Jovens e Adultos                                    |
| ENEM       | Exame Nacional do Ensino Médio                                  |
| FAEL       | Faculdade Educacional da Lapa                                   |
| FUNDEB     | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação                   |
| HCAI       | História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena                   |
| IBGE       | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                 |
| IDEB       | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica                    |
| IDH        | Índice de Desenvolvimento Humano                                |
| IDHM       | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal                      |
| IDI        | Índice de Desenvolvimento Infantil                              |
| IPES       | Instituições Públicas de Ensino Superior                        |
| LDB        | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional                  |
| MEC        | Ministério da Educação e Cultura                                |
| NASF       | Núcleo de Apoio à Saúde da Família                              |
| PARFOR     | Plano Nacional de Professores da Educação Básica                |
| PIB        | Produto Interno Bruto   |
| PME        | Plano Municipal de Educação                                     |
| PNAE       | Programa Nacional de Alimentação Escolar                        |
| PNE        | Plano Nacional de Educacional                                   |
| PNLD       | Programa Nacional do Livro Didático                             |
| PPA        | Plano Plurianual  |
| PPP        | Projeto Político Pedagógico                                     |
| PSF        | Programa Saúde da Família                                       |
| RH         | Relações Humanas  |
| SAMU       | Serviço de Atendimento Móvel de Urgência                        |
| SME        | Secretaria Municipal de Educação                                |
| UEG        | Universidade Estadual do Goiás                                  |
| UNB/UAB    | Universidade Federal de Brasília/ Universidade Aberta do Brasil |
| UNIASSELVI | Centro Universitário Leonardo DaVinci                           |
| UNITINS    | Universidade do Tocantins                                       |

## **SUMÁRIO**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>03</b> |
| <b>2 CAPÍTULO 1 – ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO .....</b> | <b>03</b> |
| <b>2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO .....</b>                          | <b>03</b> |
| 2.1.1 Caracterização do Município .....                                    | 03        |
| 2.1.1.1 Aspectos Históricos .....  | 03        |
| 2.1.1.2 Aspectos Geográficos .....   | 04        |
| 2.1.1.3 Aspectos Demográficos .....  | 09        |
| 2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos .....                                     | 12        |
| 2.1.1.5 Aspectos Culturais.....  | 14        |
| <b>2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO .....</b>                           | <b>18</b> |
| 2.2.1 Gestão da Educação .....   | 18        |
| 2.2.1.1 Aspectos Pedagógicos .....   | 18        |
| 2.2.1.2 Estrutura da Educação Municipal .....                              | 18        |
| 2.2.1.3 Organização e Funcionamento da Educação Municipal .....            | 21        |
| 2.2.1.4 Apoio ao Educando .....  | 28        |
| 2.2.1.5 Acompanhamento Pedagógico .....                                    | 29        |
| 2.2.1.6 Gestão das Unidades Escolares .....                                | 32        |
| 2.2.1.7 Instalações físicas e materiais nas Unidades Escolares .....       | 34        |
| <b>2.3 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO .....</b>                 | <b>35</b> |
| <b>2.4 NÍVEIS DA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR .....</b>            | <b>39</b> |
| 2.4.1 Etapas Da Educação Básica .....                                      | 39        |
| 2.4.1.1 Educação Infantil .....  | 39        |
| 2.4.1.2 Ensino Fundamental .....   | 44        |
| 2.4.1.3 Ensino Médio .....   | 53        |
| <b>2.5 EDUCAÇÃO SUPERIOR .....</b>   | <b>56</b> |
| 2.5.1 Ensino Superior.....   | 56        |
| <b>2.6 MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA .....</b>                            | <b>57</b> |
| 2.6.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA) .....                             | 57        |
| 2.6.2 Educação do Campo .....  | 62        |
| 2.6.3 Educação Especial .....  | 64        |
| <b>2.7 TRANSVERSALIDADE .....</b>  | <b>67</b> |

|   |           |
|---|-----------|
| 2.7.1 Educação Étnico-raciais .....                               | 67        |
| 2.7.2 Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual .....     | 68        |
| 2.7.3 Educação Ambiental .....                                    | 68        |
| <b>2.8 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO ....</b> | <b>69</b> |
| <b>3 CAPÍTULO 3 – DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DOPME .....</b> | <b>73</b> |
| DIRETRIZES .....  | 73        |
| METAS E ESTRATÉGIAS .....   | 74        |
| <b>3.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....</b>                 | <b>90</b> |
| <b>Plano de Ação do CME de São Domingos .....</b>                 | <b>92</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>97</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A construção do primeiro Plano Municipal de Educação (PME) é sem dúvida um marco na educação dominicana e uma conquista para toda a população que almeja melhorias no ensino e, conseqüentemente, melhora na sua qualidade de vida.

Na Constituição Federal de 1988 a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) é previsto no Art. 214 e já prevê 6 (seis) diretrizes para a educação nacional. Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a elaboração do PNE, é previsto em seu Art. 9.

São Domingos elabora seu PME com base no estabelecido no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 103/2012, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).

E obedecendo aos princípios de liberdade de expressão e democracia, o processo de elaboração deste plano foi participativo e democrático.

Inicialmente criou-se o Grupo Colaborativo, formado por 7 (sete) membros e que contou com representantes do executivo, representante dos alunos, professores, gestores da educação. Posteriormente, formaram-se as comissões representativas, ocasião em que houve a oportunidade da comunidade participar do processo de elaboração do PME.

O presente documento está dividido em etapas que permitem uma melhor compreensão do município e de sua educação e do que se almeja alcançar nos próximos 10 (dez) anos, período de sua vigência.

Inicialmente é realizada uma análise situacional do município, em que são analisados aspectos de sua história, geografia, economia e cultura. Em seguida realiza-se um diagnóstico da educação municipal, em que é possível perceber os aspectos mais frágeis de nossa educação e, conseqüentemente, evidencia quais os maiores desafios que o município possui e quais as prioridades deste plano. Depois de realizadas as análises situacionais são feita a construção de diretrizes, metas e suas respectivas

estratégias, para servirem como norteadoras para o avanço da educação dominicana no período de dez anos que se seguem a construção deste PME. Por fim o documento é encerrado com as indicações para o acompanhamento e avaliação do plano, o que possibilita a realização periódica de ajustes, o que garantirá o cumprimento do que aqui está previsto.

Ao todo este PME conta com 20 (vinte) metas que orientam a educação de São Domingos rumo, principalmente, ao: aumento do atendimento na educação infantil e ensino fundamental, diminuição da distorção idade-série, aumento do atendimento da população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, oferta de educação em tempo integral, melhoria das condições de trabalho dos profissionais do magistério. Sabemos que o desafio é grande, mas temos certeza que trilhar esse caminho é fundamental para o desenvolvimento de nosso município.

A educação deve ser prioridade e acima de tudo, uma possibilidade de desenvolvimento do ser humano, uma busca pela construção de uma sociedade justa e de todos.

## **CAPÍTULO 2 – ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO**

### **2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO**

#### **2.1.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS-GO**

São Domingos é um município brasileiro do estado de Goiás, com sua população estimada em 10.996 habitantes, de acordo com o censo 2010. Localiza-se na região Norte do estado de Goiás, mas precisamente na porção conhecida como Nordeste Goiano (divisa com o estado da Bahia) e faz parte da Microrregião do Vão do Paranã.

Surgiu como povoado em fins do século XVII, início do século XVIII: O primeiro povoado que existiu no local era conhecido pela denominação de Arraial Velho, provavelmente situado a 2 km da atual cidade. Nada mais existe no local. Tendo sido promovido a distrito em 23 de junho de 1835 e a município em 14 de outubro de 1854.

##### **2.1.1.1 Aspectos Históricos**

Segundo a tradição oral local, os primeiros colonizadores foram dois irmãos portugueses, Domingos e José Valente, vindos de Salvador - Bahia em busca de ouro, trazendo dentre outras coisas, uma imagem de São Domingos de Gusmão, fato contestável, uma vez que inexistem documentos que comprovem tal afirmação. Conta-se que a referida imagem foi trazida no lombo de um mular por uma escrava que em troca recebeu a carta de alforria. A imagem deu origem aos nomes do principal rio da região e do próprio município.

Pesquisas recentes comprovam que a região foi ocupada primeiramente por criadores de gado, que chegou ao local em busca de animais que fugiam dos currais localizados em fazendas próximas ao Rio São Francisco, em busca da vasta alimentação existente nas verdes planícies às margens do Vão Paranã. Entretanto, esses criadores nunca chegaram a fundar

um centro urbano. Assim, a região onde se localiza o município, entre os rios São Francisco e o rio Paranã (rio Tocantins), passou por um processo de ocupação diferente do ocorrido em outras partes de Goiás.

Foi vila de Arraias (atualmente Tocantins) até 1854, quando da sua emancipação política. São Domingos deu origem a outros municípios como Posse (Goiás). Iaciara, Divinópolis de Goiás e Guarani de Goiás. Os padres jesuítas também tiveram sua parcela de colaboração na formação do povoado. Foram eles os responsáveis pela construção da primeira escola no povoado. Em 1937 foi construído o Seminário da cidade, prédio restaurado pelo patrimônio histórico do município. A Igreja da Matriz de São Domingos (Construída provavelmente em 1907), situada na parte antiga da cidade, também constitui um dos símbolos mais marcantes da história da cidade.

Nos últimos anos a cidade foi palco de inúmeras disputas político-eleitorais marcadas pelas cassações de dois prefeitos e pela impugnação da eleição de 2012, fruto da polarização entre dois grupos políticos antagônicos presentes na cidade.

#### **2.1.1.2 Aspectos Geográficos**

A cidade localiza-se nas coordenadas geográficas 13°23'52" Sul e 46°19'04" Oeste, possui uma altitude média de 600 metros, área de 3304,55 Km<sup>2</sup> e fica a uma distância, em linha reta, de 585 Km da capital Goiânia.



**Figura 1:** Imagem aérea da cidade de São Domingos-Go

**Fonte:** Disponível em:<http://www.google.com.br/imagensaodomingos>, acesso em: 10/04/2015.

O clima predominante no Cerrado apresenta uma estação seca, com três a sete meses de duração, e outra de chuvas constantes, pluviosidade média anual na faixa de 800-1.800 mm, temperatura média anual entre 20°C e 27°C e médias anuais de umidade relativa do ar de, aproximadamente, 60%. Em São Domingos o clima é semi úmido. O relevo no Cerrado é marcado por intercalações de planaltos, depressões e planícies. Os planaltos compreendem superfícies de 600-1.600 m a.n.m. e são dominados por áreas planas, denominadas chapadas, que se intercalam com áreas onduladas. As depressões compreendem os compartimentos formados pelos processos erosivos, que levaram à formação das linhas de drenagem e das bacias hidrográficas, e nelas estão os solos mais jovens e férteis do bioma. As planícies de maior extensão estão embutidas nas depressões e correspondem aos terraços aluviais, por vezes já bastante antigos e só eventualmente alcançados pelas enchentes (Ab'Sáber 1981, Brasil & Alvarenga 1989). Os solos associados às FECs compreendem Latossolos Vermelhos, Nitossolos,

Chernossolos, Argissolos, Neossolosflúvicos e Neossoloslíticos (Embrapa 2006). Os três primeiros são derivados de rochas básicas, como basalto e gabro, e, de um modo geral, são argilo-arenosos e profundos. Os Argissolos geralmente estão em áreas de ocorrência de calcário e são rasos e de textura arenosa. Os Neossolosflúvicos são originários de deposições de detritos pelos rios e podem ou não sofrer inundações periódicas. Os Neossoloslíticos geralmente estão relacionados a afloramentos de calcário, são muito rasos e extremamente secos, no período de estiagem, constituindo-se em meio adverso para muitas espécies de plantas, mas são neles que estão as mais importantes disjunções de florestas decíduas no Cerrado, devido à natureza das espécies desta formação (Adámoliet al. 1986, Silva 1989, Reattoet al. 2008). O período de chuvas dura de três a quatro anos sendo o restante período de seca.



**Figura 2:** Localização de São Domingos em Goiás.



**Figura 3:** Imagem da meso e microrregião do Estado de Goiás.



São Domingos faz parte da mesorregião Leste Goiano e da microrregião do Vão do Paraná.

### 2.1.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 a população total dominicana é de 11.272 habitantes, sendo que desse total de 5.928 são do sexo masculino e 5.344 do sexo feminino e 5.775 vivem na cidade enquanto 5.497 vivem no campo conforme pode ser observado na tabela 1.

**Tabela 1:** População do Município de São Domingos-Go.

| Nome do município | Total da população 2000 | Total de homens | Total de mulheres | Total da população urbana | Total da população rural | Total da população 2010 |
|-------------------|-------------------------|-----------------|-------------------|---------------------------|--------------------------|-------------------------|
| São domingos      | 9.636                   | 5.928           | 5.344             | 5.775                     | 5.497                    | 11.272                  |

**Fonte:** Disponível em: <http://convivaeducacao.org.br/platform/indicators/ibge>. Acesso em: 10/04/2015.

**Tabela 2:** População residente e por faixa etária segundo o município de São Domingos-Go.

| População (1)<br>(localização/faixa etária) | Ano  | 0 a 3 anos | 4 a 5 anos | 6 a 14 anos | 15 a 17 anos | 18 a 24 anos | 25 a 34 anos | 35 anos ou mais | Total |
|---|------|------------|------------|-------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|-------|
| Urbana                                      | 2000 | 297        | 220        | 983         | 302          | 616          | 565          | 1451            | 4.434 |
|   | 2007 | 427        | 204        | 845         | 311          | 743          | 904          | 1.638           | 5.072 |

|                |                |     |                |       |                                  |       |                                     |       |        |
|----------------|----------------|-----|----------------|-------|----------------------------------|-------|-------------------------------------|-------|--------|
|                | 2010           | 405 | 227            | 1.029 | 304                              | 731   | 1.051                               | 2.027 | 5.774  |
| <b>Rural</b>   | 2000           | 489 | 214            | 1.000 | 412                              | 813   | 744                                 | 1.533 | 5.202  |
|                | 2007           | 319 | 167            | 828   | 261                              | 592   | 694                                 | 1.693 | 4.554  |
|                | 2010           | 331 | 201            | 952   | 319                              | 596   | 871                                 | 2.228 | 5.498  |
| <b>Total</b>   | 2000           | 783 | 434            | 1.983 | 714                              | 1.429 | 1.309                               | 2.984 | 9.636  |
|                | 2007           | 746 | 371            | 1.573 | 572                              | 1.335 | 1.598                               | 3.331 | 9.626  |
|                | 2010           | 736 | 428            | 1.981 | 623                              | 1.327 | 1.922                               | 4.255 | 11.272 |
| <b>PIB (2)</b> | <b>IDH (3)</b> |     | <b>IDI (4)</b> |       | <b>TAXA DE ANALFABETISMO (5)</b> |       |                                     |       |        |
| <b>77.669</b>  | <b>0.63</b>    |     | <b>0.38</b>    |       | <b>População de 10 a 15 anos</b> |       | <b>População de 15 anos ou mais</b> |       |        |
|                |                |     |                |       | <b>7.10</b>                      |       | <b>29.40</b>                        |       |        |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. <br />Clique <a STYLE="text-decoration:none" href="http://www.censo2010.ibge.gov.br/" target="\_blank"><fontcolor=7F7C50>aqui</font></a> para obter as informações do Censo Demográfico 2010.

Como pode ser observada na tabela 2, boa parte da população encontra-se em idade escolar, apesar de o número de pessoas de 0 a 17 anos ter diminuído de 2007 a 2010. É possível averiguar, também, que a taxa de analfabetismo é alta, mesmo entre a população de 10 a 15 anos.

Na tabela 3 a seguir, a exemplo da tabela anterior, é possível averiguar o alto índice de analfabetismo, principalmente entre a população mais velha, o que ajuda a elevar a taxa de analfabetismo da população total. O analfabetismo é um importante problema, ao qual devem ser encontradas, nos próximos anos, estratégias para sua solução.

**Tabela 3:** Taxa de analfabetismo por faixa etária, São Domingos-Go 2010.

| <b>Faixa etária</b> | <b>15 a 24 anos</b> | <b>25 a 39 anos</b> | <b>40 a 59 anos</b> | <b>60 a 69 aos</b> | <b>70 A 79 anos</b> | <b>80 anos ou mais</b> | <b>População total</b> |
|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|---------------------|------------------------|------------------------|
| <b>%</b>            | <b>2,2</b>          | <b>12,2</b>         | <b>37,3</b>         | <b>69,9</b>        | <b>66,7</b>         | <b>58,6</b>            | <b>25%</b>             |

**Fonte:** Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/alfGO.def>. Acesso em: 24 abril 2015.

**Tabela 4:** PIB, IDH e IDI do município de São Domingos-Go.

| <b>PIB (2008)</b>  | <b>IDH (2010)</b>     | <b>IDI (2004)</b> |
|--------------------|-----------------------|-------------------|
| R\$ 38.874.762 mil | 0,597 baixo PNUD/2010 | 0,379 %           |

**Fontes:** Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 Jan. 2010; [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_Municipios\\_Brasil\\_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li) Ranking; [http://www.unicef.org/brazil/pt/activities\\_10175.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_10175.htm). Acesso em: 24 ABRIL 2010.

Por ser um município com atividade econômica pouco expressiva, seu Produto Interno Bruto (PIB) não é muito grande, não existe atividade industrial e o comércio atende a uma população pequena, em que o consumo não atinge grandes proporções. Apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

**Tabela 5:** Estabelecimento de saúde por tipo e localização, São Domingos - Go.

| <b>Localização</b> | <b>Total</b> | <b>Números de estabelecimentos de saúde</b> |
|--------------------|--------------|---|
|                    |              |   |

|               |          | <b>Posto de saúde</b> | <b>Centro de saúde</b> | <b>Unidade mista</b> | <b>Pronto socorro</b> | <b>Hospital</b> | <b>Outros</b> |
|---------------|----------|-----------------------|------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| <b>Urbana</b> | <b>5</b> | <b>3</b>              |                        |                      |                       | <b>1</b>        | <b>Samu1</b>  |
| <b>Rural</b>  |          |                       |                        |                      |                       |                 |               |

**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde de São Domingos-Go, 2015.

#### **2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos**

O município tem como principal atividade econômica a agropecuária, com destaque para a pecuária bovina e à agricultura de subsistência. O potencial turístico do município, ainda pouco explorado, é outro elemento importante para a economia local, incentivado principalmente pelas riquezas naturais existentes ali: Complexos de cavernas (Parque Estadual Terra Ronca), áreas de preservação ambiental (Floresta Nacional da Mata Grande), nascentes, rios, cachoeiras e o belo lago que circunda a sede do município.

Existe uma forte dependência da economia local em relação às fazendas agrícolas instaladas pelos sulistas na Serra Geral, divisa com os municípios baianos de São Desidério e Correntina, geradoras de empregos para boa parcela da população dominicana. O município é rico em reservas minerais. São importantes fontes de renda de São Domingos: mineração de jazidas de calcário, ouro, cassiterita e, recentemente, a geração de energia hidroelétrica. Em São Domingos está o maior polo turístico da região, o ecossistema da Serra Geral de Goiás, local que esconde grutas, cavernas, rios e montanhas.

São Domingos gera cerca de 95% da energia consumida pela região Nordeste goiano através da Usina Hidrelétrica de São Domingos, que deu origem ao Lago de São Domingos, grande atração turística da cidade.

Conhecida internacionalmente pelas suas grutas e cavernas, a região guarda encantos que atraem turistas do mundo inteiro. Destacam-se as grutas de Terra Ronca, Angélica e São Mateus consideradas as maiores. As famílias tradicionais de São Domingos são: o Pinheiro, a Valente; a Santa Cruz e a Chaves.

Conhecida como terra de povo hospitaleiro e pacífico, a cidade é berço de um considerável número de personalidades regionais: Dois deputados, João Honorato Pinheiro e Diógenes Honorato Pinheiro (início do século XX) e do deputado Pedro Pinheiro Chaves, atualmente deputado federal pelo PMDB.

O bom humor é uma característica marcante do dominicano. Os apelidos familiares são inúmeros: Folha, Pequi, Raposa, Barrela, Barrão, Cangaia, Chedéia, Cururu, Maribonde, Pombo, etc.

**Tabela 6:** Rebanho São Domingos em 2014.

| <b>Ano</b>  | <b>Rebanho</b>  |
|-------------|---|
| <b>2012</b> | <b>Aves 27 mil cabeças</b><br><b>Bovinos 123.000 cabeças</b><br><b>Suínos 2.500 cabeças</b> |
| <b>2013</b> | <b>Aves 27 mil cabeças</b><br><b>Bovinos 123.000 cabeças</b><br><b>Suínos 2.500 cabeças</b> |
| <b>2014</b> | <b>Aves 27 mil cabeças</b><br><b>Bovinos 123.000 cabeças</b><br><b>Suínos 2.500 cabeças</b> |

**Tabela 7:** Desenvolvimento humano, períodos de 1991, 2000 e 2010, São Domingos – Go.

| Indicadores  | Índices |       |       |
|--|---------|-------|-------|
|  | 1991    | 2000  | 2010  |
| <b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)</b> | 0,304   | 0,442 | 0,597 |
| <b>IDHM – Renda</b>                                      | 0,485   | 0,528 | 0,576 |
| <b>IDHM – Longevidade</b>                                | 0,639   | 0,722 | 0,830 |
| <b>IDHM – Educação</b>                                   | 0,091   | 0,226 | 0,445 |

**Fonte:** Disponível em: [http://www.ibge.org.br/2013/perfil/maetinga\\_ba](http://www.ibge.org.br/2013/perfil/maetinga_ba). Acesso em: 15 Abril 2015.

Apesar de os índices apresentados pelo município não serem excelentes, é possível perceber uma crescente melhora com o passar das décadas. A renda, a longevidade e a educação, de acordo com os dados, melhoraram de 1991 a 2010, o que permitiu o crescimento do IDH dos dominicanos.

#### **2.1.1.5 Aspectos Culturais**

Assim como municípios vizinhos, São Domingos possui características peculiares como a forte presença cultural nordestina, motivada, sobretudo pela proximidade com a Região Nordeste do Brasil. Diferentemente do Sul goiano onde a colonização foi iniciada por paulistas e mineiros que buscavam novos locais para realizar a mineração, São Domingos foi ocupado

inicialmente por nordestinos, principalmente baianos e pernambucanos, devido à proximidade geográfica das regiões.

Mais recentemente a região atravessou uma nova fase no que diz respeito à exploração da terra e à cultura: o crescimento significativo da presença de sulistas (paranaenses, catarinenses e gaúchos) que chegaram à região na década de 1980 atraídos pelo baixo custo das terras. Dessa forma, São Domingos firma-se como uma região de fronteira com presença dos mais variados tipos de brasileiros: goianos, baianos, mineiros, cearenses, paranaenses, catarinenses, pernambucanos, paraibanos, etc.

Anualmente no mês de agosto entre os dias 1º a 4, é celebrado a festa do padroeiro da cidade de São Domingos (*São Domingos de Gusmão*) onde a cidade fica repleta de pessoas para a "levantada do mastro" (poste de madeira onde é colocada uma bandeira do santo em seu topo) em homenagem ao santo espanhol.

Entre os dias 05, 06, 07 ocorrem a Festa do Bom Jesus da Lapa de Terra Ronca, é uma tradição do início do século e reúnem moradores das cidades vizinhas e romeiros de Goiás, Tocantins e Bahia. São realizadas romarias com mais de 10 mil pessoas que acreditam nos poderes milagrosos da gruta. Barracas com bebidas, comidas típicas e artesanato cobrem a estrada que leva à caverna.

Todo ano no período da Semana Santa, ocorre a malhação do Judas, fato que acontece em todo Brasil. Em São Domingos é tradição confeccionar um boneco de pano com as características de alguma pessoa da cidade. Na madrugada de sábado (Sábado de Aleluia), um grupo de pessoas escolhe um determinado local onde são amontoados objetos, carros, plantas etc., com um mastro de madeira no meio onde é pendurado o boneco do Judas. Quando amanhece o dia, mais ou menos por volta das 09:00 horas, um aglomerado de pessoas se faz presente e é realizada a leitura do Testamento do Judas para a distribuição dos objetos, momento esse onde são narrados os fatos (em forma de versos críticos/cordel) ocorridos durante o ano com vários

habitantes da cidade “Testamento do Judas”. Após a leitura do testamento, ocorre a malhação do Judas, momento em que os moradores destroem o boneco de forma quase ritualística.

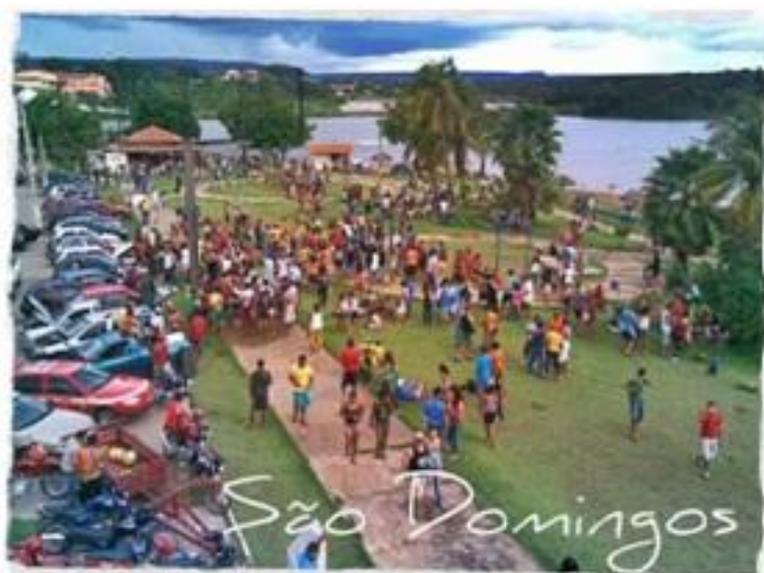
Alguns elementos marcantes no imaginário da comunidade do município: Igreja da Matriz (fundada em 1907), a Rua 7 de Setembro, a Rua das Flores (situadas na parte antiga da cidade) e o Morro do Moleque, elevação de traços chamativos localizada na Formação Serra Geral, na atual entrada leste do município.



Figura 5 e 6: Campeonato estudantil de capoeira.



**Figura 7:** Festa de Agosto Padroeira da Lapa



**Figura 8:** Carnaval na beira lago de São Domingos.



**Figura 9:** Rodeio da Festa Agropecuária de São Domingos.



**Figura 10:** Feira da festa de Agosto do padroeiro de São Domingos.

## **2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO**

### **2.2.1 GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

A educação é uma importante “peça na engrenagem” da sociedade e é sem dúvida um dos meios mais importantes na construção de um coletivo justo e digno para todos. Nesse sentido uma gestão eficiente é de grande importância quando se pensa em educação de qualidade.

#### **2.2.1.1 Aspectos Pedagógicos**

A educação é sem dúvida um importante elemento para o bom desenvolvimento do ser humano. Por isso tanto se discute e se propõe para a melhoria deste setor.

O que se sabe é que a organização, o investimento, a existência de infraestrutura adequada, profissionais bem qualificados e valorizados, alunos acompanhados pedagogicamente, com transporte, alimentação de qualidade, são aspectos indispensáveis para se alcançar uma educação de qualidade.

#### **2.2.1.2 Estrutura da Educação Municipal**

A Lei Orgânica Municipal criada em 23 de março de 1990, consta os direcionamentos referentes à educação pública e garante a oferta de ensino de qualidade à população, conforme exposto no Art. 1:

Subseção I Disposições Gerais Art. 4º. A Carreira do Magistério Público Municipal é integrada pelo cargo de provimento efetivo de professor e estruturada em níveis e referências.

§ 1º Cargo é o lugar na organização do serviço público correspondente a um conjunto de atribuições com estipêndio específico, denominação própria, número certo e remuneração pelo poder público, nos termos da Lei.

§ 2º A Carreira do Magistério Público Municipal abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio.

§ 3º O provimento na carreira será realizado por área de atuação, exigida:

I - Para a área: 1, de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, formação em nível superior, em curso de licenciatura plena ou curso normal superior, admitida como formação mínima a obtida em nível médio, a modalidade normal, preservado o direito de permanecer em quadro transitório, o servidor concursado;

Ir para a área 2, de anos [mais do ensino fundamental e ensino médio, formação em curso superior, de Licenciatura Plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimentos específicas do currículo, com formação pedagógica nos termos da legislação vigente.

§ 4. O ingresso na Carreira dar-se-á na referência inicial, no nível correspondente à habilitação do candidato aprovado.

§ 5. O exercício profissional do titular do cargo de professor será vinculado à área de atuação para a qual tenha prestado concurso público, ressalvado o exercício, a título precário, quando habilitado para o magistério em outra área de atuação e indispensável para o atendimento de necessidade do serviço.

§ 6. O titular de cargo de professor poderá exercer, de forma alternada ou concomitante com a docência, outras funções de magistério,

atendido os seguintes requisitos: I formação em pedagogia ou outra licenciatura com pós-graduação específica para o exercício de função de suporte pedagógico; experiência de, no mínimo, três anos de docência.

O Conselho Municipal de Educação (CME), criado pela Lei nº 081/1997, encontra-se atuante e participativo buscando alternativas e soluções para os problemas da educação dominicana. As reuniões do conselho acontecem de acordo com a demanda, portanto o número de reuniões varia em função das pendências que surgem.

Conselhos que e encontram atuantes, é o caso do Conselho de Alimentação Escolar (Lei Municipal nº 52/1997), Conselho de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB (Lei Municipal nº 58/2007).

O plano de carreira dos profissionais da educação garante os direitos dos profissionais na Lei Municipal nº 07/011 no artigo 1.

Art. 1. É assegurado a todo habitante do município, nos termos da Constituição Federal, Estadual e desta Lei Orgânica, o direito à Educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à assistência aos desamparados, ao transporte, à habitação e ao meio ambiente equilibrado.

O Estatuto do Magistério foi estabelecido pelo plano de carreira dos profissionais de educação pela Lei Municipal nº 07/2011, e em seu Art.3º, A Carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I a profissionalização, que pressupõe vocação e dedicação ao magistério e qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;

II - a valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

A Secretaria Municipal de Educação (SME) conta com técnicos qualificados, contudo um maior número de funcionários com qualificação faz-se necessário. Por isso e devido a outras dificuldades não conta com organograma estruturado.

A SME, a Diretoria Regional de Educação (DIREC) e a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) mantêm boa relação e estão em contato visando colaboração para a melhoria da educação.

O Plano de Ação Articulada (PAR) tem contemplado metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública, assegurando estratégias para apoio técnico e financeiro, visando dessa maneira uma melhoria da gestão educacional. Foi adquirido por meio de assistência financeira do FNDE/MEC o mobiliário para as salas de aula das unidades escolares (conjunto aluno, professor) conforme plano elaborado. Também a aquisição de 05 veículos para o transporte escolar terrestre dos alunos por meio de assistência financeira do FNDE/MEC (emenda parlamentar).

Foi aprovado e esta a espera de recursos do FNDE/MEC para a aquisição de equipamentos e insumos materiais para instalação de cozinhas em creche da rede pública de ensino (Proinfância tipo B), como também recursos para comprar equipamentos para a educação infantil e também o mobiliário da instituição educacional. Como também obras do PAC 2 creche/pré-escola, e construção de quadra escolar coberta.

Contudo, muitas melhorias ainda devem ser feitas, como por exemplo, a aplicação da Avaliação Institucional que nunca foi feita no município.

### **2.2.1.3 Organização e Funcionamento da Educação Municipal**

Por ser um município de população pequena, São Domingos não conta com um grande número de escolas na zona rural em atividade. Sendo que o número de alunos em maior concentração está nas escolas da zona. Existe a oferta das etapas e modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental. Não existe Educação Indígena, nem quilombola, uma vez que não há esse público a ser atendido. A Educação Especial, apesar de ainda precisar ser melhorada, já está em prática mesmo precariamente, porém não em todas as escolas devido a um pequeno número de laudos médicos apresentados pelas famílias.

**Tabela 8:** Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Estadual.

| Ano  | Ensino Fundamental |       | Ensino Médio |       | EJA Series iniciais |       | EJA Series finais |       |
|------|--------------------|-------|--------------|-------|---------------------|-------|-------------------|-------|
|      | urbana             | rural | urbana       | rural | Urbana              | rural | urbana            | rural |
| 2012 | 2                  | 2     | 1            | 1     | 0                   | 0     | 0                 | 0     |
| 2013 | 2                  | 2     | 1            | 1     |                     |       |                   |       |
| 2014 | 2                  | 2     | 1            | 1     |                     |       |                   |       |
| 2015 | 2                  | 2     | 1            | 1     |                     |       |                   |       |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

O governo estadual mantém apenas uma escola, de Ensino Médio, na zona urbana o Colégio Estadual João Honorato e outra na zona rural o Colégio Estadual da Estiva, este atendendo os alunos dos povoados próximos.

**Tabela 9:** Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Municipal.

| Ano  | Educação Infantil |       | Ensino Fundamental |       |        |       | Ensino Médio |       |
|------|-------------------|-------|--------------------|-------|--------|-------|--------------|-------|
|      | Urbana            | rural | Iniciais           |       | Finais |       | urbana       | rural |
|      |                   |       | urbana             | rural | urbana | rural |              |       |
| 2012 | 3                 | 3     | 2                  | 7     | 1      | 2     | 0            | 0     |
| 2013 | 3                 | 3     | 2                  | 7     | 1      | 2     | 0            | 0     |
| 2014 | 3                 | 3     | 2                  | 6     | 1      | 2     | 0            | 0     |
| 2015 | 3                 | 3     | 2                  | 6     | 1      | 2     | 0            | 0     |









**Fontes:** Disponível em: <http://portaldoinep.gov.br/2015/basica/senso/sensoescolar/matriculas>, acessado em: 15 de Abril de 2015; Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Das escolas mantidas pelo governo municipal, o maior número delas localiza-se na zona rural, atualmente atendem apenas o Ensino Fundamental de Anos Iniciais e Finais. Já as escolas de Educação Infantil estão mais na zona urbanas sendo só duas localizadas na zona rural. O município não mantém escolas de Ensino Médio, até porque o colégio existente é Estadual e já atende esta demanda de alunos.

**Tabela 14:** Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de São Domingos, por dependência administrativa e etapas da educação básica.

| Etapas de ensino                        | Dependência administrativa |      |      |      |           |      |      |      |
|---|----------------------------|------|------|------|-----------|------|------|------|
|   | Estadual                   |      |      |      | Municipal |      |      |      |
|   | 2007                       | 2008 | 2009 | 2010 | 2007      | 2008 | 2009 | 2010 |
| <b>Ed. Infantil</b>                     | 0                          | 0    | 0    | 0    | -         | -    | -    | -    |
| <b>Creche</b>                           | 0                          | 0    | 0    | 0    | 3         | 3    | 1    | 2    |
| <b>Ed. Infantil Pré-escola</b>          | 0                          | 0    | 0    | 0    | 3         | 4    | 4    | 6    |
| <b>Ensino fundamental anos iniciais</b> | 4                          | 4    | 4    | 4    | 9         | 9    | 9    | 9    |
| <b>Ensino fundamental anos finais</b>   | 5                          | 5    | 5    | 5    | 3         | 3    | 3    | 2    |
| <b>Ensino médio</b>                     | 2                          | 2    | 2    | 2    | 0         | 0    | 0    | 0    |
| <b>Total</b>                            | 11                         | 11   | 11   | 11   | 18        | 19   | 17   | 19   |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Como pode ser observado nas tabelas 8, 9,10,11, 12 e 13 o município dispõe de oferta diminuta de escolas. Contudo, como São Domingos possui uma população pequena (11.262 habitantes), esse número é suficiente para atender toda a demanda. O Ensino Fundamental I e II é oferecido na escola Municipal Padre Geraldo Chiarine Ferraciolli na zona urbana.

#### **2.2.1.4 Apoio ao Educando**

Em São Domingos, por intermédio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), todos os alunos do Ensino Fundamental tem acesso ao livro. Esses são escolhidos de forma democrática e participativa pelos professores das disciplinas beneficiadas (Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências e Inglês). Os alunos são orientados a conservar e devolver o livro ao fim do ano letivo para que estes possam ser reutilizados por um período de até 3 (três) anos.

O Programa da Alimentação Escolar é acompanhado e fiscalizado pelo Conselho de Alimentação Escolar. A compra da merenda é realizada através de licitação, o que permite a concorrência justa entre as empresas participantes, bem como, opção de escolha mais adequada ao município. A merenda é estocada na própria escola, observando-se o prazo de validade, em local adequado. A merenda existe em quantidade suficiente para atender a toda a demanda de alunos.

O cardápio é construído por uma nutricionista que avalia os valores nutricionais e determina a quantidade de alimento por aluno. Os pais e a comunidade não participam da escolha da merenda.

Os 30% da verba da merenda escola não é utilizada para a compra de alimentos da agricultura familiar devido a pequena produção local de alimentos.

As merendeiras recebem formação periódica e são instruídas a respeito da importância da boa alimentação e de noções de higiene. Contudo, nem todas as escolas possuem todas as condições necessárias para o preparo

da merenda, em algumas, da zona rural, as cozinhas estão bem equipadas e as merendeiras não encontram empecilho para exercerem suas funções. Nas escolas não existem refeitório para que os alunos realizem sua alimentação sendo esta realizada dentro das salas de aulas.

Através do Programa Saúde na Escola são realizadas intervenções de saúde com os alunos, como é o caso do Programa de acuidade visual. A secretaria municipal de educação e de saúde mantém um convenio para a distribuição de flúor dental, com visitas periódicas da dentista nas unidades de ensino. Contudo, o atendimento psicológico é realizado no PSF central da cidade através do agendamento pelas escolas ou conselho tutelar. Esse atendimento muitas vezes tem necessidade de atendimento especializado educacional e só esta profissional para constata esta necessidade.

O transporte escolar é frequente, realizado apenas em carros fechados, com horários estabelecidos. Os motoristas não contam com a ajuda de monitores dentro dos ônibus para auxiliá-los durante o transporte dos alunos.

São atendidos pelo transporte escolar, os alunos precisam deslocar da zona urbana e rural para as escolas de dentro da cidade, alunos mesmo morando na cidade ficam muito moram longe da escola (no caso dos que optam em utilizar o transporte). Os alunos da Educação Infantil são transportados até a escola por ônibus com acessibilidade e neste caso o motorista tem o apoio de ajuda dos próprios pais que levam os filhos até o ambiente escolar.

Através do Programa Caminho da Escola, São Domingos recebeu no ano de 2013, 2 (dois) e em 2014 mais 2 (dois) e em 2015 1(um) ônibus escolares que oferecem acessibilidade e são utilizados de forma adequada no atendimento dos discentes.

### **2.2.1.5 Acompanhamento Pedagógico**

Sabe-se que o principal objetivo de se ter um Plano Municipal de Educação é alcançar um ensino de qualidade em todas as suas etapas, sendo

imprescindível o acompanhamento pedagógico para que se obtenha sucesso no processo educacional.

No entanto, o acompanhamento pedagógico deveria contemplar a organização do currículo, preocupando-se com ações de transversalidade dos conteúdos, do planejamento das atividades por parte dos professores, da aplicação do regimento escolar, bem como dos métodos utilizados para avaliar o rendimento dos alunos e dificuldades dos mesmos. Os coordenadores têm as suas funções estipuladas dentro do plano municipal de carreira dos funcionários da educação, mesmos assim estas funções não são exercidas por elas.

Para isso, a Secretaria Municipal de Educação, deverá oferta o suporte de acordo com a necessidade de cada escola, oferece orientação e suporte ao trabalho pedagógico nas entidades educacionais. Os coordenadores devem ser instruídos para à coordenação das escolas através de conversa e explicações de como funcionam cada uma e seguir estas instruções a risca; já que cada escola, tem uma realidade de localização, perfil de atendimento, número de alunos, entre outros, possui sua forma particular de trabalhar e orientar seus professores e alunos.

Na zona rural, por exemplo, a coordenação é composta por um coordenador, levando em consideração a necessidades da escola, professores e o numero de alunos nela frequente. Já na zona urbana as escolas constam com um único coordenador para suprir as necessidades dos professores acompanhando o desenvolvimento dos alunos e as metodologias de trabalho dos professores.

Depois de elaborado, o projeto pedagógico já passou por algumas atualizações, sendo feito pela coordenação da instituição com base nas modificações existentes na escola no decorrer desses anos, o processo de construção do PPP foi democrático e toda a comunidade escolar foi convidada a participar.

O regimento das escolas ainda não foi atualizado mais estão prevista atualizações anuais no calendário escolar. Vendo que este apresenta itens já defasados.

Outro fator de extrema importância na busca pela melhoria na qualidade do ensino é o planejamento das atividades feitas pelos professores que ocorre de maneira organizada e determinada pelo Estatuto do Magistério do Município, sempre nos horários de Horas Atividade (HA) de cada um, proporcional à carga horária de 20, 30 ou 40 horas. Porém, nem sempre acontece juntamente com os colegas, pois o horário do HA geralmente não coincide.

No Plano Municipal de Carreira e Remuneração também determina o tempo pedagógico quanto à jornada de trabalho dos coordenadores e professores, que é utilizado com base na carga horária de cada um. O professor como já foi dito, possui os horários de AC, em que o mesmo tem um tempo livre para organizar, planejar, pesquisar e estudar o conteúdo a ser trabalhado em sala, do mesmo modo que executar as demais tarefas dispensadas a ele. Além disso, é bom ressaltar que o professor cuja carga horária é de 20 horas semanais, obedece ao estabelecido no Estatuto com 14 horas/aula, sendo para o professor de carga horária equivalente a 40 horas o dobro disso, 28 aulas. Já os coordenadores cumprem uma jornada de 40 horas semanais trabalhadas hora relógio. São, os professores, por eles orientados a avaliar continuamente o progresso dos alunos, através de observações ou, avaliações orais e escritas. Desta forma, o professor consegue detectar algumas das dificuldades enfrentadas pelo aluno, como a dificuldade de aprendizagem e ainda ter uma noção da quantidade de alunos com esse déficit. Os alunos que não alcançam a pontuação necessária para serem aprovados, têm direito a realizar uma prova de recuperação. O sistema de recuperação além de ser paralelo o aluno tem o direito de realizar outra recuperação no final do ano letivo. Isto é, o aluno tem as 04 unidades para alcançar os 20 pontos exigidos pela instituição em cada disciplina. Caso isso não aconteça, o aluno realiza a prova de recuperação final, no final do ano letivo, em que ele precisará da média 5,0 (cinco) para ser aprovado.

É tão importante quanto o acompanhamento pedagógico em todas as situações descritas anteriormente, é o planejamento. Este deve ser elaborado por meio de reuniões que devem acontecer no início do ano, em que o coordenador tem que se reúne com todos os docentes e de conversas,

pesquisa com base no livro didático escolhido pela instituição é elaborada assim o planejamento anual. Vale destacar o esforço do município em procura promover a equidade da aprendizagem, tentando garantir que os conteúdos básicos sejam ensinados a todos os alunos, sem deixar de levar em consideração os diversos contextos no quais eles estão inseridos. Fazendo com que não seja fragmentado o conhecimento, a fim de que a educação realmente constitua o meio de transformação social. Dessa forma, existe a preocupação frequente em trazer questões relacionadas à interculturalidade, na tentativa de preservar e valorizar a identidade cultural. Os conteúdos dos currículos que as escolas do município desenvolvem são atualizados de acordo com as matrizes de habilidades e os direitos de aprendizagem dos alunos.

No entanto, as principais dificuldades do processo de orientação do trabalho pedagógico, com certeza, ainda é a luta pela aprendizagem do aluno, já que nas escolas do município existe uma grande quantidade de alunos que estão em defasagem idade/série. Isto acontece devido a isso à orientação se torna difícil porque mesmo o professor tendo formação para exercer sua função, muitas vezes o mesmo não está preparado para enfrentar certas dificuldades em sala de aula e essa é uma delas, não deixando de ser também um empecilho para o avanço desse aluno, já que esse é um dos objetivos do PME.

#### **2.2.1.6 Gestão das Unidades Escolares**

Em se tratando de gestão das Unidades Escolares, o gestor tem papel importante na operacionalização das políticas públicas de educação e na dinâmica de trabalho escolar. Porém, a integração com a comunidade deverá ser consolidada na busca por uma escola de qualidade. Dessa forma, é imprescindível a participação de alunos, pais e comunidade em geral no cotidiano da escola, nos debates, reuniões e nas decisões a serem tomadas. Há duas excelentes e eficazes ferramentas para isso. A primeira é a formação de Conselhos escolares. Baseando-se neste princípio, algumas escolas

dispõem de conselhos escolares, mas estes não têm suas funções bem definidas e não atuam de maneira permanente no acompanhamento de todas as atividades da escola. Sua principal função é na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A segunda seria a criação ou mesmo incentivo à formação de grêmios estudantis, a fim de obter uma maior participação do alunado. O que não acontece de forma efetiva e constante.

No que se refere às dinâmicas e organização das atividades escolares, antes de se iniciar o ano letivo as escolas devem um calendário anual em que já se programam os eventos comemorativos, como gincanas, projetos, olimpíadas e torneios. Também são definidos os objetivos, metas e estratégias a serem alcançados, com o apoio da SME e através de reunião da equipe gestora com os coordenadores, bem como, reunião e debate com os professores. Dentre estas metas, objetivos e estratégias utilizadas, também devem ser definidos algumas regras de convivência. Tudo é repassado e discutido com a comunidade escolar. É importante salientar que as escolas têm autonomia para decidir sobre os esquemas de trabalho, metodologia utilizada e aquisição de equipamentos e materiais, considerando que cada escola é uma instituição com necessidades particulares e diferentes.

Os atuais gestores das escolas municipais são nomeados pelo prefeito da cidade sendo previsto em lei do ano 2009 que este deveriam ser eleito através do voto dos profissionais da educação, pais de alunos ou responsáveis. Os gestores precisariam ou deveriam participar de programas e ações voltadas para a formação de gestores escolares, capacitações em parcerias com programas de apoio ao gestor, que visam uma melhoria em sua prática de trabalho e, como consequência, na qualidade da educação. Ele também deve ser o responsável em esclarecer e aplicar normas e procedimentos administrativos, dos quais a escola dispõe e que são amparados pelo Regimento Escolar, este que deve ser utilizado, efetivamente, no cotidiano da escola.

Suas normas têm que ser do conhecimento de toda a comunidade escolar, assim como, as atribuições de cada setor e os procedimentos adequados ou utilizados em cada situação. No entanto, para que a escola pública alcance um ensino de qualidade e cumpra a sua função, formando

alunos para o exercício da cidadania, o caminho é a descentralização. O caminho é dividir as responsabilidades, decisões, problemas e tentar encontrar as soluções na parceria com alunos, pais, professores e demais funcionários, bem como com outros setores como a Secretaria de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social, entre outras.

#### **2.2.1.7 Instalações físicas e materiais nas Unidades Escolares**

A infraestrutura educacional é um dos componentes fundamentais no resultado da qualidade da educação. E quando esse quesito básico não é preenchido acarreta maior dificuldade de aprendizagem por parte dos alunos e, aos profissionais da educação, certo desconforto para realização do seu trabalho.

No caso do Município de São Domingos, os prédios escolares estão precisando de manutenção e ampliação para uma educação confortável para os alunos, todas as escolas deveriam contar com biblioteca e/ou cantos de estudo ou leitura, bem como espaço de apoio ao professor, como também de quadra poliesportiva ou pátio, o que limita a recreação dos alunos, também há o problema da acessibilidade, pois nem todos os prédios escolares são adequados à locomoção de alunos com deficiência.

É importante ressaltar que há quadro/lousa, carteiras e mesas para todos os alunos, mesa e cadeira para professor em cada sala, o mobiliário se encontra em bom estado de conservação em algumas escolas já em outras este precisa ser melhorado, mas infelizmente nem todas são em tamanho adequado para a idade do aluno.

Por outro lado, há salas de aula suficientes para todas as turmas, mas algumas destas salas de aula estão lotadas, interferindo diretamente no comportamento e rendimento dos alunos. Nem todos dispõem de água tratada e utilizam poço artesiano como alternativo de suprimentos de água. É bom destacar que os prédios escolares dispõem de banheiros insuficientes e com condições adequadas de higiene, mas uma minoria não atende aos critérios de

acessibilidade, principalmente, em prédios mais antigos. Vale expor que ainda não houve a reformulação de todos os espaços escolares no intuito de equiparar escolas que serão em tempo integral e que a segurança do patrimônio escolar não mantém guardas noturnos em todas as escolas.

Também foi observado no município, existem equipamentos de recursos multifuncionais, mais ainda não tem a sala para a instalação destes equipamentos enquanto isso se encontra desativada.

É importante destacar que todas as escolas devem se preocupar em realizar o controle do patrimônio existente e em manter limpo o ambiente de trabalho, como também se preocupam quanto à estética, à adequação dos recursos físicos, ao silêncio e à existência de áreas de lazer e recreação. Até porque, é do conhecimento de todo o quanto importante é a adequação do espaço físico e o quanto essa adequação pode interferir de maneira significativa na melhoria do ensino nas nossas escolas. Dessa forma poderá ser garantido aos jovens e crianças, não só oportunidades de escolarização ou a universalização do ensino, mas também oportunidades de aprendizagem.

### **2.3 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Ao analisarmos o quadro atual de valorização do magistério nos deparamos com uma boa surpresa a grande maioria dos profissionais da educação já tem licenciatura em pedagogia ou normal superior ou já estão pós-graduados, enriquecendo assim o nosso quadro profissional.

Existe, no município, plano de cargos, carreira e remuneração, que discute as necessidades dos professores e seus direitos, ele foi recentemente implantado, contudo, nem todos os docentes concordam com o que está nele estabelecido, requerendo eles um incentivo de gratificação por área de desenvolvimento profissional.

**Tabela 15:** Funções docentes por etapas e modalidades – Rede Municipal (2010).

| Etapas e modalidades de ensino  | Funções docentes |      |      |      |      |       |
|---|------------------|------|------|------|------|-------|
|   | C/Lic            | C/Gr | C/EM | C/NM | S/EM | Total |
| Regular – Creche  | 1                | 1    | 2    | 4    | -    | 7     |
| Regular – Pré-Escola  | 6                | 6    | 1    | 2    | -    | 9     |
| Regular – Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                 | 15               | 18   | 14   | 15   | -    | 47    |
| Regular – anos Finais do Ensino Fundamental                                   | 11               | 12   | 3    | 3    | -    | 18    |
| Educação de Jovens e Adultos – Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial | 5                | 5    | 1    | 2    | -    | 8     |
| Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial   | -                | -    | -    | -    | -    | -     |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

**Tabela 16:** Número de professores e coordenadores da rede Municipal e Estadual em 2014.

| Profissionais do magistério | Ensino fundamental |           | Ensino médio |           | Total |
|-----------------------------|--------------------|-----------|--------------|-----------|-------|
|                             | Estadual           | Municipal | Estadual     | Municipal |       |
| Professores                 | 46                 | 89        | 24           |           | 159   |

|                      |   |    |   |  |    |
|----------------------|---|----|---|--|----|
| <b>Coordenadores</b> | 5 | 11 | 3 |  | 19 |
|----------------------|---|----|---|--|----|

**Fontes:** Secretaria Municipal de Educação, 2015;  
Colégio Estadual Maria Regis Valente. Código 52042359.

Outro problema da educação em São Domingos é o número reduzido de coordenadores, principalmente na rede municipal como pode ser comprovado na tabela 16. Também não existem coordenadores específicos para a educação especial, o que acaba por sobrecarregar os profissionais e faz com que os professores não recebam o apoio pedagógico necessário para exercerem a docência com qualidade. Os números nesta tabela podem parecer inicialmente muito mais se comparamos com o número de escolas ele decai bastante.

**Tabela 17:** Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2014.

| <b>Cargos</b>     | <b>Nível de escolaridade</b>           |                                      |                           |                              |                                      |
|-------------------|--|--------------------------------------|---------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
|                   | <b>Fundamenta<br/>I<br/>incompleto</b> | <b>Fundamenta<br/>I<br/>completo</b> | <b>Médio<br/>completo</b> | <b>Superior<br/>completo</b> | <b>Informação não<br/>encontrada</b> |
| <b>Merendeira</b> | 7                                      | 2                                    | 9                         | 1                            | 8                                    |
| <b>Vigilante</b>  | 3                                      | 3                                    | 3                         |                              | 1                                    |
| <b>Serviços</b>   | 10                                     | 5                                    | 2                         | 1                            | 8                                    |

|                           |  |   |   |   |   |
|---------------------------|--|---|---|---|---|
| <b>Gerais</b>             |  |   |   |   |   |
| <b>Secretário Escolar</b> |  |   | 1 | 1 |   |
| <b>Porteiro</b>           |  | 1 |   |   | 1 |
| <b>Outros</b>             |  |   |   |   |   |

Fonte: Secretaria de Educação de São Domingos, 2015.

**Tabela 18:** Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2015.

| <b>Cargos</b>             | <b>Situação funcional</b> |                            |
|---------------------------|---------------------------|----------------------------|
|                           | <b>Servidor público</b>   | <b>Contrato temporário</b> |
| <b>Merendeira</b>         | 23                        | 4                          |
| <b>Vigilante</b>          | 7                         | 1                          |
| <b>Serviços Gerais</b>    | 18                        | 7                          |
| <b>Secretário Escolar</b> | 1                         | 1                          |
| <b>Porteiro</b>           | 2                         |                            |
| <b>Outros</b>             | 2                         |                            |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Atualmente, boa parte dos profissionais que trabalham na educação, sendo a grande maioria efetiva (tabela 16), possui formação completa no ensino básico (tabela 17). O que pode determinar em sua organização e participação política nas decisões no setor de educação.

Da mesma forma que não há treinamento de pessoal técnico e administrativo, ou seja, os funcionários de apoio às atividades de ensino aprendizagem, efetivos ou contratados não recebem cursos de aperfeiçoamento para melhor desempenho de seu trabalho. Isso compromete a ação pedagógica da escola, que mesmo tendo bons professores, necessita de todo o grupo em constante aperfeiçoamento profissional. O pessoal de apoio praticamente não participa das decisões tomadas na escola. As próprias reuniões pedagógicas excluem esses profissionais de emitirem opiniões.

Sem deixar de dizer que os projetos pedagógicos executados nas escolas, muitas vezes, chegam de forma acabada para serem realizados, não havendo uma construção com a participação da comunidade escolar.

Os orientadores pedagógicos em todas as escolas, que devem acompanhar os professores e ajudarem a desenvolver as ações necessárias do trabalho docente estão sempre exercendo outras funções menos importantes e não colaborando com os docentes em busca de uma educação de qualidade.

Mas, mesmo com avanços, percebemos que há um longo caminho a ser percorrido para uma maior valorização do magistério. Realização de concursos públicos, maior abrangência de programas de formação para professores, melhor espaço de trabalho, físico e pedagógico, ainda são anseios da classe docente.

## **2.4 NÍVEIS DA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**

### **2.4.1 ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

#### **2.4.1.1 Educação Infantil**

A Educação Infantil é de extrema importância para o desenvolvimento da criança, visto que devem ser desenvolvidas, nessa etapa, as suas capacidades nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

É válido ressaltar que é direito de todas as crianças terem acesso à Educação Infantil, e há leis que asseguram tal direito. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB nº 9.394/96, alterada pela Lei 12.796/2013, nos artigos 29 e 30 ressalta a organização das crianças em creches e pré-escolas:

Art. 29 – A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 – A educação infantil será oferecida em:

I – Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade.

II – Pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 2013, p.12).

Em vista disso, entende-se que a criança tem o direito de ter uma educação de qualidade, em instituições adequadas e profissionais competentes, para que dessa forma possam assegurar a sua cidadania e a da família. Sabendo que é importante o cumprimento das leis que regem a educação desde a pré-escola.

A educação infantil para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos passou a ser obrigatória em 2009, quando foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) número 59 (cinquenta e nove). Os municípios têm até 2016 para universalizar o atendimento. Entre as dificuldades enfrentadas estão a falta de recursos e o planejamento da ampliação.

O PNE, projeto de Lei nº 103/2012, aprovado pelo Senado em 17 de Dezembro de 2013, trata, em sua primeira meta, da necessidade de "universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender no mínimo 50% da população de até 3 anos".

Levando em consideração o município de São Domingos-Go, observamos que o mesmo atende uma quantidade considerável da etapa de Educação Infantil. De acordo a tabela 19, a evolução da matrícula da Educação no município pouco oscilou em relação à localização e a maior parte de alunos matriculados é acentuada na zona urbana.

Na zona urbana até o ano de 2011 funcionavam duas instituições de ensino com de Educação infantil e uma creche. O espaço da Escola Municipal Jardim de Infância Monte Sião é próprio mais devido a grande procura por vagas esta teve a necessidade nos últimos tempos de se alocar outro local suprimindo assim esta procura, atualmente a escola tem sua extensão funcionando em um prédio federal que seria destinado a casa de convivência e é necessário passar ainda por varias obras de adequação para o atendimento de qualidade a nossa clientela.

**Tabela 19:** Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de São Domingos, por dependência administrativa e localização.

| Anos        | Educação Infantil |       | Pré-escola |           |
|-------------|-------------------|-------|------------|-----------|
|             | Creche            |       | Pré-escola |           |
|             | Urbana            | Rural | Urbana     | Rural     |
| <b>2013</b> | <b>137</b>        |       | <b>115</b> | <b>78</b> |
| <b>2014</b> | <b>140</b>        |       | <b>112</b> | <b>69</b> |

**Fonte:** Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2007/2010>>. Acesso em 19 Abril 2015.

O levantamento da natalidade da cidade torna-se importante para que se tenha ideia sobre as tendências de oferta da Educação Infantil. A próxima tabela apresentará a frequência por ano de nascimento do município.

**Tabela 20:** Frequência por Ano de nascimento, segundo Município residente. Nascidos vivos –São Domingos – Go

| Ano         | Taxa de natalidade |               | Taxa de mortalidade |               |
|-------------|--------------------|---------------|---------------------|---------------|
|             |                    |               |                     |               |
| <b>2012</b> | <b>110</b>         | <b>9,16%</b>  | <b>06</b>           | <b>54,54%</b> |
| <b>2013</b> | <b>148</b>         | <b>12,33%</b> | <b>01</b>           | <b>6,75%</b>  |
| <b>2014</b> | <b>111</b>         | <b>9,25%</b>  | <b>01</b>           | <b>9,0%%</b>  |

**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde.

Em termos da taxa de escolarização da Educação Infantil de São Domingos (tabela 19) no que se refere à pré-escola, percebe-se que este

segmento teve um bom nível de escolarização. Porém em relação à creche não podemos afirmar o mesmo, ao considerarmos o número de crianças dessa faixa etária evidenciamos que grande parte dela não foi matriculada.

**Tabela 21:** Taxa de escolarização da Educação Infantil de São Domingos (2010).

| <b>Segmentos</b>                 | <b>População</b> | <b>Matricula</b> | <b>Não matriculados</b> | <b>Total %</b> |
|----------------------------------|------------------|------------------|-------------------------|----------------|
| <b>Creche</b>                    | 405              | 93               | 312                     |                |
| <b>Pré – escola (4 a 5 )anos</b> | 227              | 120              | 107                     |                |
| <b>Total (0 a 5 anos)</b>        | 632              | 213              | 419                     |                |

**Fonte:** Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2007/2010>>. Acesso em 25 Abril 2015.

A tabela 19 mostra a taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de São Domingos, por localização. Nesta fica evidente que o percentual de atendimento a população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos da zona rural é mínima.

**Tabela 22:** Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de São Domingos por localização (2010).

| <b>Localização</b> | <b>População de 0 a 5 anos</b> | <b>Matricula</b> | <b>Escolaridade %</b> |
|--------------------|--------------------------------|------------------|-----------------------|
| <b>Urbana</b>      | 632                            | 213              |                       |
| <b>Rural</b>       | 532                            | 34               |                       |

**Fonte:** Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2007/2010>>. Acesso em 19 Abril 2015.

Universalizar o atendimento dos alunos de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos e atingir uma taxa de 50% de atendimento para crianças de até 3 (três) anos representa aumentar o atendimento de alunos. São grandes desafios, principalmente considerando que o custo por aluno na Educação Infantil é muito superior ao das outras etapas da Educação Básica, já que o número adequado de alunos por turma para essa etapa é menor do que o adequado para outras etapas da Educação Básica. Para tanto, torna-se necessário à construção de mais unidades escolares com o intuito de garantir o atendimento adequado às crianças.

Entendemos que os primeiros anos de vida de uma criança são decisivos para seu desenvolvimento futuro. Até os cinco anos, as crianças desenvolvem capacidades fundamentais, com base nas quais todas as suas outras habilidades cognitivas serão construídas. Nesse sentido, buscamos construir nossa proposta curricular de acordo ao Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e as Diretrizes Nacionais da Educação infantil, com o intuito de promover o desenvolvimento global da criança nos aspectos cognitivo, psicomotor, afetivo e social.

Na Educação Infantil é de extrema importância que haja o acompanhamento da aprendizagem do educando. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

“A avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas potencialidades ao longo de seu processo de aprendizagem.” (BRASIL, 1998, p. 59)

Os educadores do município são orientados a avaliarem na sala de aula, desenvolvendo também os educando nos encontros de todas as instâncias da instituição ou da comunidade escolar; no desenvolvimento de projetos temáticos, sociais e culturais; nos encontros e/ou reuniões semestrais, entre outros. Essa avaliação sempre é feita por meio de observações e registros. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB Nº 9.394/96 no artigo 31, afirma que: “Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”.

Podemos ressaltar mudanças significativas para a melhoria do atendimento das crianças de São Domingos, como o funcionamento de mais uma creche sendo esta em tempo integral. Diante do exposto, percebemos que a demanda do município é grande e que os desafios são muitos. É preciso que busquemos todas as formas e meios para que as metas atinjam muito mais do que ofertas, mas qualidade para todos os sujeitos.

#### **2.4.1.2 Ensino Fundamental**

Como afirma a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, a educação é:

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Todos, portanto, tem direito de acesso a educação, que compreende múltiplas dimensões: educação especial, educação do campo, educação infantil, educação de jovens e adultos, educação profissional.

O ensino fundamental, assim como as demais modalidades, é, no atual sistema de ensino brasileiro, de grande importância para a formação de cidadãos críticos e participativos. É durante essa etapa de ensino que o educando passa boa parte de sua vida escolar. De acordo com a LDB a

jornada escolar no ensino fundamental: “[...] incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Ainda de acordo com a Constituição Federal os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental.

**Tabela 23:** Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de São Domingos, por dependência administrativa e localização (2007/2010).

| <b>Municipal</b> |               |              |              |
|------------------|---------------|--------------|--------------|
| <b>Anos</b>      | <b>Urbana</b> | <b>Rural</b> | <b>Total</b> |
| <b>2007</b>      | 687           | 543          | 1230         |
| <b>2008</b>      | 654           | 633          | 1287         |
| <b>2009</b>      | 1221          | 466          | 1687         |
| <b>2010</b>      | 817           | 473          | 1296         |

**Fonte:** Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/5219803>, acesso em 23 Ago. 2015.

Ao realizar a análise da tabela 23, nota-se que o número total de matrículas no ensino fundamental não oscilou muito nos anos de 2007 a 2010. É possível perceber, também, apesar de ser um município de população localizada em sua maioria na zona rural, o número de estudantes na zona urbana é bem maior, o que permite a conclusão de que boa parte da população estudantil é transportada diariamente, para a cidade, para ter acesso à educação.

**Tabela 24:** Taxa de Escolarização Líquida da população de 7 a 17 anos, 2010.

| Ensino Fundamental (7 a 14 anos) | Ensino Médio (15 a 17 anos) |
|----------------------------------|-----------------------------|
| 80,40                            | 12,80                       |

**Fonte:** Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/5219803>. Acesso em: 24 Abril 2015.

Ao observar os dados da tabela 24, percebe-se uma discrepância na taxa de escolarização do ensino fundamental e do ensino médio, o que pode levar a conclusão de que boa parte da população abandona a escola após o término do ensino fundamental, não dando continuidade aos estudos.

**Tabela 25:** Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010.

| Faixa etária (anos) | Taxa de analfabetismo |       |      | % de alunos na escola |      |      |
|---------------------|-----------------------|-------|------|-----------------------|------|------|
|                     | 1991                  | 2000  | 2010 | 1991                  | 2000 | 2010 |
| 15 a 17 anos        | 17,91                 | 6,10  | 1,44 |                       |      |      |
| 18 a 24 anos        | 25,91                 | 11,18 | 4,45 |                       |      |      |

**Fonte:** Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/5219803>. Acesso em: 24 Abril 2015.

Ao observar os números da tabela 25 conclui-se que a educação dominicana vem evoluindo bastante com o passar das últimas décadas, mas apesar da melhora ser grande os dados apresentados em 2010 não são os melhores e ainda precisam avançar bastante, uma vez que não é aceitável que tenhamos crianças nessa faixa etária analfabeta ou fora da escola.

**Tabela 26:** Percentual da população frequentando ou que já terminou o Ensino Fundamental em São Domingos, 1991, 2000 e 2010.

| <b>Faixa etária/Anos</b> | <b>Percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola</b> | <b>Percentual da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do fundamental ou que já concluiu o fundamental</b> | <b>Percentual da população de 15 a 17 anos com fundamental completo</b> | <b>Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo</b> |
|--------------------------|---|---|---|--|
| <b>1991</b>              | 20,25%  | 11,96%  | 2,65%   | 1,61%  |
| <b>2000</b>              | 54,48%  | 41,53%  | 15,71%  | 5,85%  |
| <b>2010</b>              | 80,53%  | 43,57%  | 43,57%  | 18,65%   |

**Fonte:** Disponível em: [http://www.atlasbrasil.ogr,BR/2013/PT//perfil\\_n-saodomingos\\_go](http://www.atlasbrasil.ogr,BR/2013/PT//perfil_n-saodomingos_go). Acesso em 27 Abril 2015

Na tabela 26 é possível notar que do ano de 1991 até o ano de 2010 os dados melhoraram bastante e o número de estudantes que frequentam ou que concluíram o fundamental vem crescendo com o passar das décadas. Uma das grandes dificuldades enfrentadas no ensino, contudo, é a distorção idade/série. Muitos alunos ficam mais de 9 (nove) anos cursando o ensino fundamental e não conseguem aprender conceitos básicos da educação como: leitura e interpretação de texto, escrita, identificação e resolução das quatro operações básicas, outros auxiliando na renda familiar trabalhando nas fazendas do Estado da Bahia.

**Tabela 27:** Matrícula do Ensino Fundamental I do Município de São Domingos, por idade e série. Rede Municipal, 2015.

| <b>Idades</b>             | <b>1º ano</b> | <b>2º ano</b> | <b>3º ano</b> | <b>4º ano</b> | <b>5º ano</b> | <b>Total</b> |
|---------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| <b>6 anos</b>             |               |               |               |               |               |              |
| <b>7 anos</b>             | 02            |               |               |               |               |              |
| <b>8 anos</b>             |               | 06            |               |               |               |              |
| <b>9 anos</b>             |               |               | 04            |               |               |              |
| <b>10 anos</b>            |               |               |               | 15            |               |              |
| <b>11 anos</b>            |               |               |               | 04            | 12            |              |
| <b>12 anos</b>            |               |               |               | 02            | 03            |              |
| <b>13 anos</b>            |               |               |               |               | 01            |              |
| <b>14 anos</b>            |               |               |               | 01            | 01            |              |
| <b>15 anos</b>            |               |               |               |               |               |              |
| <b>16 anos ou +</b>       |               |               |               |               |               |              |
| <b>Nº de alunos</b>       |               |               |               |               |               |              |
| <b>total em defasagem</b> |               |               |               |               |               |              |
| <b>% em defasagem</b>     |               |               |               |               |               |              |

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Os dados referentes à defasagem (tabela 27) são bem razoáveis. Observa-se que o índice de alunos fora da idade / série correta é bem pequena mostrando estes dados mostram que o professores já vem buscando junto à escola melhorar o trabalho educacional deles como profissionais e o rendimento de seus alunos, diminuindo assim esta distorção serie/idade. Os

números que aparecem nesta tabela mostram que estes alunos têm pais com pouca orientação ou não demonstram interesse pela vida educacional deles.

Esse é um dos maiores desafios a ser superado pela educação dominicana nos próximos dez anos.

**Tabela 28:** Taxa de Distorção Idade-Série, Rede Municipal de São Domingos, 2015.

| <b>Serie / ano</b>               | <b>Rural</b> | <b>Urbana</b> |
|----------------------------------|--------------|---------------|
| <b>1ª Série / 2º ano do E.F.</b> |              | 02            |
| <b>2ª Série / 3º ano do E.F.</b> | 01           | 05            |
| <b>3ª Série / 4º ano do E.F.</b> | 02           | 02            |
| <b>4ª Série / 5º ano do E.F.</b> | 04           | 18            |
| <b>5ª Série / 6º ano do E.F.</b> |              | 17            |
| <b>6ª Série / 7º ano do E.F.</b> |              |               |
| <b>7ª Série / 8º ano do E.F.</b> |              |               |
| <b>8ª Série / 9º ano do E.F.</b> |              |               |

**Fonte:** Disponível em: Secretaria municipal de Educação.  
Escola Municipal Jardim de Infância Monte Sião. Código 52042855  
Escola Municipal São João Evangelista. Código 52042766  
Escola Municipal Germana Fernandes Lima. Código 52075605

Os números da distorção idade-série (tabelas 27 e 28) são muito elevadas em relação aos alunos de series iniciais e os números crescem conforme aumenta o ano de ensino como pode ser notado. Isso pode ser explicado pelas dificuldades no aprendizado de disciplinas bases como, Língua Portuguesa e Matemática, e que acaba se agravando conforme as dificuldades das disciplinas aumentam e os problemas de aprendizado básico não são solucionados. Todavia, esse quadro pode ser melhorado, com a chegada, no ano de 2013, do Programa Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa,

este visa apoiar os educando das séries iniciais, para que superem as dificuldades de aprendizado.

**Tabela 29:** Taxas de Rendimento – Rede Municipal.

| Série / Ano               | Ano  | Taxa de aprovação |       | Taxa de reprovação |       | Taxa de abandono |       |
|---------------------------|------|-------------------|-------|--------------------|-------|------------------|-------|
|                           |      | Urbana            | Rural | Urbana             | Rural | Urbana           | Rural |
| 1º ano do E. F.           | 2011 | 100               | 100   | 0                  | 0     | 0                | 0     |
|                           | 2012 | 97,9              | 97,7  | 0                  | 0     | 2,1              | 2,3   |
|                           | 2013 | 99,1              | 100   | 0                  | 0     | 0,9              | 0     |
| 1ª Série / 2º ano do E.F. | 2011 | 100               | 97,4  | 0                  | 0     | 0                | 2,6   |
|                           | 2012 | 100               | 97,5  | 0                  | 0     | 0                | 2,5   |
|                           | 2013 | 100               | 95,1  | 0                  | 0     | 0                | 4,9   |
| 2ª Série / 3º ano do E.F. | 2011 | 100               | 98,8  | 0                  | 0     | 0                | 1,2   |
|                           | 2012 | 99,2              | 100   | 0                  | 0     | 0,8              | 0     |
|                           | 2013 | 99,1              | 95,2  | 0                  | 0     | 0                | 0,9   |
| 3ª Série / 4º ano do E.F. | 2011 | 87,9              | 86,3  | 12,1               | 5,9   | 0                | 7,8   |
|                           | 2012 | 88,1              | 86,5  | 11,9               | 12,2  | 0                | 1,3   |
|                           | 2013 | 71                | 86,1  | 29                 | 12,5  | 0                | 1,4   |
| 4ª Série / 5º ano do E.F. | 2011 | 96                | 96,4  | 4                  | 3,6   | 0                | 0     |
|                           | 2012 | 91,7              | 89,3  | 8,3                | 7,1   | 0                | 3,6   |
|                           | 2013 | 96,8              | 91,4  | 3,2                | 7,1   | 0                | 1,5   |
| 5ª Série / 6º ano do      | 2011 | 93,9              | 92,3  | 6,1                | 7,7   | 0                | 0     |
|                           | 2012 | 72,7              | 91,7  | 12,1               | 0     | 15,2             | 8,3   |

|  |             |      |      |      |      |      |      |
|--|-------------|------|------|------|------|------|------|
| <b>E.F.</b>                              | <b>2013</b> | 83,3 | 90   | 8,3  | 10   | 8,4  | 0    |
| <b>6ª Série /<br/>7º ano do<br/>E.F.</b> | <b>2011</b> | 100  | ---  | 0    | ---  | 0    | ---  |
|  | <b>2012</b> | 90   | ---  | 0    | --   | 10   | ---  |
|  | <b>2013</b> | 89,7 | 62,5 | 0    | 0    | 10,3 | 37,5 |
| <b>7ª Série /<br/>8º ano do<br/>E.F.</b> | <b>2011</b> | 100  | 77,8 | 0    | 11,1 | 0    | 11,1 |
|  | <b>2012</b> | 93,3 | 60   | 0    | 0    | 6,7  | 40   |
|  | <b>2013</b> | 87,5 | 100  | 8,3  | 0    | 4,2  | 0    |
| <b>8ª Série /<br/>9º ano do<br/>E.F.</b> | <b>2011</b> | 93,3 | ---  | 0    | ---  | 6,7  | ---  |
|  | <b>2012</b> | 100  | 100  | 0    | 0    | 0    | 0    |
|  | <b>2013</b> | 73,1 | 86,7 | 11,5 | 0    | 15,4 | 13,3 |

**Fonte:** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em: 24 Abril. 2015.

Apesar de possuir um total mínimo de escolas de ensino fundamental, sendo que 9 (nove) são de anos iniciais e apenas 1 (uma) de anos finais, todas são mantidas pelo município. Além disso, é possível constatar após a análise da tabela 26, que no percentual de aprovados, reprovados e de abandono dos anos de 2010 a 2012 não há uma grande discrepância e que o número de aprovados é quase sempre superior ao de reprovados, apesar de as taxas de reprovação e abandono serem altas.

Os números da zona urbana também não diferem muito dos da zona rural, onde, aliás, é oferecido apenas o ensino fundamental anos iniciais. A reprovação e o abandono são fatores que muito prejudicam no desempenho do município na avaliação do IDEB (tabela 30). O abandono muitas vezes ocorre em decorrência da migração da família para outra cidade, o que infelizmente é frequente em nosso município, já as taxas de reprovação podem ser justificadas pela fragilidade de nossa educação ainda tem muito que melhorar, considerando a falta de interesse dos alunos muito influi nesses números.

**Tabela 30:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Fundamental 2005/2011.

| Âmbito de ensino                      | Anos iniciais do ensino fundamental |      |      |      |      | Anos finais do ensino fundamental |                |      |      |      |
|---------------------------------------|-------------------------------------|------|------|------|------|-----------------------------------|----------------|------|------|------|
|                                       | IDEB Observado                      |      |      |      |      | Meta s                            | IDEB Observado |      |      |      |
| <b>Brasil total</b>                   | 2007                                | 2009 | 2011 | 2013 | 2021 | 2007                              | 2009           | 2011 | 2013 | 2021 |
| <b>Rede municipal de São Domingos</b> | 4,2                                 | 4,6  |      |      | 6,0  | 3,8                               | 4,0            |      |      | 5,5  |

**Fonte:** Disponível em: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 24 Ago. 2013.

Ao realizar um contraponto entre a taxa de rendimento com os resultados do IDEB (tabela 30), fica claro que o desempenho do ensino fundamental de São Domingos é ainda pouco expressivo. Os números são animadores mais ainda pouco e fica a questão; será o município capaz de atingir as metas estabelecidas para 2021. É importante constatar que os resultados oscilaram muito, pois houve queda em 2007 em relação a 2005; e em 2011 em relação a 2009, e as taxas de reprovação e abandono influenciam diretamente nessas quedas.

Terá o município condições de superar os desafios impostos: melhorar a infraestrutura das escolas, darem condições necessárias para os professores se aprimorarem, produzir as condições físicas, sociais, culturais necessárias à melhoria do aprendizado discente. Sim, é possível, desde que o planejamento e trabalho sejam coletivos e bem estruturados propícios em realizar a educação de qualidade gratuita e inclusiva.

Diante de todo o exposto cabe a seguinte reflexão, o município está preparado para iniciar o atendimento em tempo integral. Após expor todos esse

dado parece difícil, e é, porém, não seria a educação em tempo integral uma das soluções para o problema com atendimento ampliado ficaria mais fácil implantar programas e ações de melhoria da aprendizagem. É claro que integrado a educação, devem estar programas de saúde, o esporte e a cultura.

O aluno não pode ficar todo o tempo de aula sentado e ouvindo as explanações dos professores. É preciso buscar metodologias que atraiam o discente, é necessário praticar esporte e incentivar a criação artística. É claro que para isso serão necessários profissionais qualificados, alunos incentivados e infraestrutura adequada.

#### 2.4.1.3 Ensino Médio

O ensino médio no município de São Domingos-GO é oferecido pela rede estadual, sem a participação efetiva do município, como garantido pela LDB. O Colégio Estadual João Honorato oferece vagas nas três séries do ensino médio, sendo em 2013, 05 (cinco) turmas de primeiro ano, 04(quatro) de segundo ano e 02 (duas) turmas de terceiro ano.

**Tabela 31:** Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de São Domingos, por dependência administrativa e localização 2007, 2008, 2009 e 2010.

| Anos | Estadual |       | Total |
|------|----------|-------|-------|
|      | Urbana   | Rural |       |
| 2007 | 241      | 51    | 292   |
| 2008 | 206      | 65    | 271   |

|      |     |    |     |
|------|-----|----|-----|
| 2009 | 193 | 80 | 273 |
| 2010 | 207 | 91 | 298 |

**Fontes:** Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/5219803>, acesso em: 25 de Abril de 2015; <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>.

Acesso em: 25 de Abril de 2015.

Entretanto, essa modalidade de ensino é oferecida somente na zona urbana e os alunos provenientes da zona rural devem deslocar-se para o povoado da Estiva (tabela 31). A escola possui laboratório de Ciências, Biblioteca, kits de multimídia, e um laboratório de informática com computadores novos. Mas é importante destacar que a não presença de uma coordenação pedagógica efetiva leva a não participação da escola em muitos projetos docentes municipais, estaduais ou federais.

**Tabela 32:** Taxa de Rendimento do Ensino Médio - Rede Estadual. Fase / Nível

| Fase / Nível |      | Taxa de Aprovação |       |       | Taxa de reprovação |       |       | Taxa de abandono |       |       |
|--------------|------|-------------------|-------|-------|--------------------|-------|-------|------------------|-------|-------|
|              |      | Urbana            | Rural | Total | Urbana             | Rural | Total | Urbana           | Rural | Total |
| 1º ano do EM | 2011 | 65,1              | 78,1  | 143,2 | 25,5               | 9,4   | 34,9  | 9,4              | 12,5  | 1,9   |
|              | 2012 | 88,3              | 88,2  | 319,6 | 9,7                | 0     | 9,7   | 2                | 11,8  | 13,8  |
|              | 2013 | 88,7              | 95    | 92,4  | 8,7                | 5     | 13,7  | 2,6              | 0     | 2,6   |
| 2º ano       | 2011 | 83,3              | 100   | 183,3 | 12,5               | ---   | 12,5  | 4,2              | ---   | 4,2   |

|                     |             |      |      |       |     |     |     |     |     |     |
|---------------------|-------------|------|------|-------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| <b>do EM</b>        | <b>2012</b> | 93   | 96,3 | 189,3 | 1,4 | 0   | 1,4 | 5,6 | 3,7 | 9,3 |
|                     | <b>2013</b> | 94,1 | 90   | 184,1 | 3,5 | 3,3 | 6,8 | 2,4 | 6,7 | 9,1 |
| <b>3º ano do EM</b> | <b>2011</b> | 88   | 95,7 | 183,7 | 2   | --- | 2   | 10  | --- | 10  |
|                     | <b>2012</b> | 100  | 100  | 200   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   |
|                     | <b>2013</b> | 98,5 | 100  | 198,5 | 0   | 0   | 0   | 1,5 | 0   | 1,5 |

**Fonte:** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em: 26 Abril 2015.

Além disso, a evasão no ensino noturno (tabela 32) é uma questão que tem mobilizado toda a comunidade escolar. Os professores têm trabalhado de forma diferenciada, com questões contextualizadas e com um sistema de avaliação diferenciado do diurno. Mas os índices ainda permanecem altos, devido principalmente à incapacidade dos alunos em conciliarem trabalho escola, e devido a um já conhecido êxodo para cidades maiores.

**Tabela 33:** Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2014.

| <b>Nível</b>         | <b>Ano</b>  | <b>Média da prova objetiva</b> | <b>Média total (Redação e Prova objetiva)</b> |
|----------------------|-------------|--------------------------------|---|
| <b>Rede Estadual</b> | <b>2009</b> | 463,91                         | 495,35  |

**Fonte:** Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/5219803>. Acesso em: 25 Abril 2015.

Os alunos são motivados a participarem de avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Muitos destes alunos ingressam no ensino superior com notas obtidas através do ENEM, motivando outros concluintes do ensino médio para a participação nas avaliações do citado exame.

## **2.5 Educação Superior**

### **2.5.1 Ensino Superior**

A Educação Superior tem por finalidades primeiras de acordo a LDB nº 9.394/96 cap.: IV, art.: 43, inciso: I e II:

[...] I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua (BRASIL, 1996).

No caso de São Domingos o número de pessoas que buscam o ingresso em cursos de ensino superior é cada vez maior, apesar de ainda ser pequeno o índice de estudantes universitários do município. Não há em São Domingos a presença de universidades ou faculdades particulares ou públicas, isso faz com que os interessados em continuar seus estudos, após o término do ensino médio, tenham de procurá-los em outras cidades. Nesse caso, a maioria se dirige a Brasília. Goiânia ou a cidade vizinha Posse em grande parte, na Universidade Estadual do Goiás (UEG), Universidade Federal de Brasília (UNB/UAB), Faculdade Educacional da Lapa (FAEL), UNIASSELVI e a UNITINS, e outras. Apesar de haver estudantes em diferentes áreas do conhecimento, a maioria acaba ingressando em cursos de licenciatura, haja vista a demanda considerável de profissionais da área de educação que o município de São Domingos dispõe, e sendo este o segmento que mais busca

o Ensino Superior. A Secretaria Municipal de São Domingos visa à qualificação dos profissionais que já atuam em sala de aula e, buscando convênios com entidades educacionais para a adequação de todos, de acordo à LDB e em exercício nas escolas públicas de educação municipais.

O apoio oferecido pelo poder público municipal a seus estudantes de ensino superior é o oferecimento de um transporte escolar para que os acadêmicos possam se deslocar para a cidade vizinha todas as semanas. Esta ajuda tem como contra partida uma ajuda de custo dos alunos para com o com a diária do motorista.

Entretanto, acredita-se que não existe outro tipo de colaboração do Poder Público Municipal com relação a alunos de baixa renda que ingressam no Ensino Superior, uma vez que existem outros tipos de ajuda disponibilizado pelo Estado.

Dessa maneira, o município mantém parcerias com algumas Universidades Estaduais que dispõe de cursos de Formação de Professores.

Assim, enfatiza-se que as instituições supracitadas são devidamente credenciadas e possuem cursos reconhecidos e autorizados pelo MEC, tanto as Instituições Particulares como as Públicas têm uma boa infraestrutura no que diz respeito a acervo bibliográfico, laboratórios de informática com acesso a internet, secretarias de curso e coordenações locais para atender de forma razoável as necessidades dos cursos oferecidos.

As instituições particulares da cidade vizinha disponibilizam cursos de Educação à Distância, e todos os pólos são autorizados pelo MEC e possuem uma infraestrutura que atende às necessidades dos cursos oferecidos, um bom acervo bibliográfico on-line e bons equipamentos de informática com acesso a internet, com a disponibilização de tutores presenciais e virtuais, como também um ambiente o qual os discentes podem comparecer para realizar avaliações presenciais.

## **2.6 MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### 2.6.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A educação de jovens e adultos é oferecida àqueles que não tiveram acesso à educação na idade devida, mas esse direito está garantido a essa clientela na LDB e na Constituição de 1988, Art. 208, inciso I, que determina o acesso ao ensino fundamental gratuito, inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade própria.

Diante do grande contingente de jovens a partir de 15 anos fora da escola ou com distorção idade-série, a LDB também vai garantir uma modalidade de educação que visa abraçar a realidade desses alunos quando inseridos na educação. Esta modalidade deve atender aos interesses e as necessidades desses que já trazem consigo uma experiência de vida, e não devem ser tratados dentro da escola de maneira infantilizada. Ademais o ensino deve ser também oferecido em cursos presenciais, semipresenciais, bem como através de exames supletivos.

**Tabela 34:** Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de São Domingos, por dependência administrativa e localização (2010/2012).

| Anos        | Municipal |       | Estadual |       | Total |
|-------------|-----------|-------|----------|-------|-------|
|             | Urbana    | Rural | Urbana   | Rural |       |
| <b>2007</b> | 0         | 57    | 0        | 0     | 57    |
| <b>2008</b> | 0         | 0     | 0        | 0     | 0     |
| <b>2009</b> | 0         | 91    | 0        | 0     | 91    |
| <b>2010</b> | 0         | 14    | 0        | 0     | 14    |

**Fonte:** Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge5219803>.

Acesso em: 25 Abril 2015.

O município de São Domingos começou a oferecer essa modalidade a partir do ano de 2009, mas apenas na zona urbana através da rede estadual de educação. Até nos dias atuais a zona rural não é contemplada com essa modalidade, devido à demanda de professores para trabalhar em turno oposto e a demanda de alunos em algumas localidades.

**Tabela 35:** Nível Educacional da População Jovem, (2012, 2013, 2014).

| Faixa etária (anos) | Taxa de analfabetismo |       |      | % frequentam a escola |      |      |
|---------------------|-----------------------|-------|------|-----------------------|------|------|
|                     | 1991                  | 2000  | 2010 | 1991                  | 2000 | 2010 |
| 15 a 17             | 17,91                 | 6,10  | 1,44 |                       |      |      |
| 18 a 24             | 25,91                 | 11,18 | 4,45 |                       |      |      |

Fonte: Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta/>. Acesso em 31 Out. 2015.

**Tabela 36:** Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, (1991, 2000, 2010).

|                                  | 1991  | 2000  | 2010  |
|----------------------------------|-------|-------|-------|
| <b>Taxa de Analfabetismo</b>     |       |       |       |
| 25 a 29 anos                     | 31,70 | 16,67 | 7,46  |
| 25 ou mais                       | 50,58 | 39,41 | 26,64 |
| <b>Percentual de Atendimento</b> |       |       |       |
| % de 25 a 29 anos na escola      | 31,70 | 16,67 | 7,66  |

**Fonte:** Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta/>. Acesso em: 30 Abri. 2015.

É possível perceber na tabela 36 que o número de pessoas analfabetas, em 2010, é menor do que no ano de 1991. Essa melhoria está relacionada à melhoria na qualificação exigida para que os jovens possam engessa no mercado profissional, outro motivo foi a profissionalização dos professores que trabalham com essa modalidade, como professores e coordenadores pedagógicos, e também à consciência dos jovens da necessidade de estar atualizados no mundo globalizado, e que isto só é possível através da leitura e da escrita.

O índice de alfabetização de jovens com mais de 25 anos (tabela 32) não é tão satisfatório quanto os apresentados na tabela 31, apesar de ser uma diferença muito pequena em relação há anos passada. Os números evidenciados nas tabelas demonstram que deve haver uma política de conscientização no município de São Domingos, para incentivar esses educando no processo ensino-aprendizagem. Identificando também outros problemas que levaram esse índice de alfabetização a ficar menor entre essa faixa etária, apesar de esses adultos serem pessoas que se sentem desmotivadas pela idade e também pelo cansaço adquirido no labor do cotidiano.

O município de São Domingos dispõe apenas de uma unidade escolar que oferece a modalidade EJA para o Segmento I e II. Vale ressaltar que nessa mesma unidade na zona rural é oferecido também o Ensino Fundamental, isso ocorre devido a pouca procura por vaga para essa modalidade de ensino, e como relatada anteriormente, a demanda de professores e alguns problemas de estruturas que dificultam a implantação dessa modalidade na zona urbana.

A Secretaria Municipal de Educação disponibiliza um coordenador pedagógico na unidade escolar onde funciona a EJA, e este coordenador não é específico para essa modalidade. Os professores também não são específicos, ou seja, estes trabalham tanto com a EJA quanto com o ensino regular, planejam junto com essas coordenadoras, e tem apenas o livro didático que é

oferecido pelo Governo Federal como material pedagógico e que, aliás, não é condizente com a realidade desse alunado.

Em 2013, o município em parceria com o Governo Federal está oferecendo um programa de ensino a jovens e adultos de alfabetização.

Os recursos que a EJA tem recebido são aqueles que são oferecidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, quando os alunos são cadastrados no Censo Escolar, no caso, para custear o transporte escolar, a merenda e materiais pedagógicos.

As aulas são ministradas durante a noite, justamente por essa cliente laser composta por pessoas com mais idade e que trabalham durante o dia, não necessita assim oferecer essa modalidade no diurno. Por conta disso, a carga horária é menor do que a do ensino regular e o horário são diferenciados. Ainda assim, os professores apresentam muitas dificuldades, pois não são preparados para lidar com esses alunos, haja vista que uma grande parte é desmotivada e não estão inseridos em um ambiente específico que abrace com mais facilidade a realidade desses alunos.

Não existe uma proposta curricular que atenda a especificidade da EJA, e o processo avaliativo não é diferenciado ao da modalidade regular, como exemplo, temos o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena que não é uma disciplina separada. Estes temas são trabalhados dentro da disciplina de história, e no planejamento é destinado aos professores da mesma. É bom ressaltar que as atividades planejadas pelos professores visam sempre o nível de aprendizagem que esses alunos estão, ou seja, não estão fora da realidade deles.

Os Gestores são responsáveis por acompanhar a execução das atividades, bem como o andamento da mesma, pois apesar de terem algumas dificuldades para garantir a permanência desses alunos na escola. Um dos motivos pode ser devido à falta de emprego no município, o que acarreta uma grande evasão durante o ano letivo, o número de aprovação é bem expressivo, e com isso o município ainda estuda como desenvolver ações que levem a manter esse alunado dentro da sala de aula.

### 2.6.2 Educação do Campo

A Legislação educacional brasileira apresenta uma ampla base legal para a instituição de políticas diferenciadas para o atendimento escolar das pessoas que vivem no campo. De acordo com a LDB, as especificidades do atendimento escolar no campo são referenciadas em seu artigo 28, segundo o qual para a oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino removerão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente no que se refere a:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos educando da zona rural;

II- Organização escolar própria, incluindo a organização do calendário escolar, as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas e

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

**Tabela 37:** Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas – Rede Municipal De São Domingos.

| Área            | Ano  | Número de escolas |
|-----------------|------|-------------------|
| Escola do campo | 2009 | 8                 |
|                 | 2010 | 7                 |
|                 | 2011 | 8                 |
|                 | 2012 | 8                 |
|                 | 2013 | 8                 |

|  |             |   |
|--|-------------|---|
|  | <b>2014</b> | 8 |
|--|-------------|---|

**Fonte:** Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2007/2010>>. Acesso em: 12 Abril 2015.

Como pode ser observado na tabela 37 o número de escolas rurais, no município de São Domingos, não alterou nos últimos anos. As escolas são distribuídas em várias regiões, a mais próxima da zona rural se localiza a 22 km de distância da sede e a mais distante fica a 100 km.

Em 2007 foram nucleadas as escolas do campo para que todos os alunos da região tivessem acesso às escolas; em quatro regiões do município tem uma escola núcleo, a qual recebe os alunos das regiões mais próximas. O transporte sai da sede, transportando os professores e pegando os alunos que moram nas proximidades da estrada, levando para a escola núcleo e existem outros transportes que leva os alunos das regiões próximas até a escola núcleo.

O município possui uma pequena frota com três micro-ônibus, três ônibus para transporte dos alunos e os demais transportes dos alunos são fretados, pois a zona rural é muito extensa assim sendo necessária a contratação de 18 (dezoito) veículos (estes não se encontram em perfeita condições de uso, alguns não são seguros para o transporte desta clientela, a grande maioria não passa nem na vistoria do DETRAN) para que os alunos da zona rural possam ter acesso à escola que ficam em pontos estratégicos assim dando assistência a um numero considerável de discentes, esta contratação foi necessária, pois alguns alunos moram a 115 Km de distancia da escola. Alguns professores chegam até a localidade de trabalho de moto ou carro próprio. Outro problema encontrado para o transporte escolar é a falta de manutenção nas estradas começando pela GO e seguindo pelas vias de acesso as fazendas rurais, estas se encontram muito esburacadas com muito pó na seca e atoleiros no período das chuvas impedindo o acesso dos transportes, outro problema é na região do São João com uma ponte quebrada sendo necessário o acesso por dentro do rio.

Os prédios escolares da zona rural principalmente precisam ser reformados alguns necessitam até de serem construídos, os que necessitam de reforma não se encontram em boas condições de uso; o mobiliário não é adequado aos alunos, tem escola que apresentam problemas com pragas (morcegos) devido a péssimas condições da estrutura do prédio, os alunos recebem materiais pedagógicos básicos fornecidos pelos programas do Governo Federal através do livro didático e do programa dinheiro direto na escola com materiais básicos como lápis, borracha e caderno. O município aderiu ao Programa Escola Ativa em 2008, em 2010 as multiplicadoras começaram a participar dos encontros de formação do mesmo e até neste ano o município adquiriu computadores e uma impressora para algumas escolas. O município improvisou uma sala para que esses computadores fossem instalados.

Nos períodos chuvosos os alunos da zona rural enfrentam vários problemas para ter acesso à escola devido à falta de manutenção nas estradas principalmente os alunos do assentamento as escolas ficam quase interditadas, pois os carros não conseguem chegar, e os alunos ficam sem aula. A maioria dos carros que transportam os alunos está em boas condições de uso, lembrando que a maioria é fretada.

O Programa Escola Ativa era o suporte para orientar como desenvolver um bom trabalho nas classes multiseriadas, mas com o término do mesmo, espera-se que o município possa receber um novo programa que dê suporte para desenvolver um bom trabalho. Por enquanto, a maioria das turmas de educação infantil nas escolas do campo funciona junto com o ensino fundamental, mas o município está buscando, junto ao PAR, recursos para que uma unidade de educação infantil seja adquirida para as escolas do campo, pois a demanda é grande.

### **2.6.3 Educação Especial**

No Brasil, nas últimas décadas registram-se consideráveis avanços, resignificando a função da escola especial, que visa oferecer atendimento especializado restritamente a alunos que não apresentem nenhuma condição de frequentar o sistema do ensino comum, conforme cita a lei nº 9.397/96, no capítulo V da educação especial no §2º: O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996).

O município de São Domingos, ainda não promove sistematicamente a educação especial nas diferentes etapas e modalidades de ensino. Vários esforços foram realizados para o atendimento especializado a essa clientela, como o suporte as famílias para providencia de laudos médicos para comprovar as especialidades de cada um. Mais as profissionais que realizavam estes serviços são readaptadas de suas funções de sala de aula ou estão em tratamento médico prejudicando assim a qualidade do trabalho de inclusão.

Embora a tabela 38, aponte um pequeno índice de alunos matriculados, consta no município um alto número de crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais. Essa pequena demanda matriculada, frequenta as aulas na rede regular devido à lei de inclusão, mas não possuem profissionais especializados para acompanhá-los, tampouco os professores são capacitados na área de Educação Especial e Inclusiva.

Na tentativa de bem atender a demanda, existe uma articulação entre os setores de educação, saúde e assistência social através do projeto Saúde na Escola e do encaminhamento de educando para acompanhamento especializado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). No município consta com profissionais readaptados para exercer a função de professor de recurso, como não há a distribuição de materiais adaptados, a mesma utiliza materiais que ela adapta. A rede municipal ainda não garante suplementação orçamentária e nem disponibiliza transporte adaptado a essas limitações e tão pouco formação a motoristas e professores. Os currículos escolares, os métodos, as técnicas e os recursos educativos ainda não contemplam as especificidades dos alunos com deficiências, é um anseio para

o município atender toda essa clientela, assegurada por lei, no capítulo V, Art.58 da LDB.

Mas, os desafios ainda são grandes, o que dificulta sua efetivação. Os dados informados na tabela abaixo tratam da demanda de estudantes com necessidades educativas especiais alcançadas pela educação no município.

**Tabela 38:** Matrículas da Educação Especial de São Domingos Goiás 2014.

|   | Nível de ensino |                          |                        |              | Total     |
|---|-----------------|--------------------------|------------------------|--------------|-----------|
|   | Ed. Infantil    | Series Iniciais do E. F. | Series Finais do E. F. | Ensino Médio |           |
| <b>Deficiência Visual</b>                     | -               | -                        | -                      | -            | -         |
| <b>Deficiência Mental</b>                     | -               | <b>05</b>                | <b>09</b>              | -            | <b>12</b> |
| <b>Deficiência Física</b>                     | -               | <b>03</b>                | <b>02</b>              | -            | <b>01</b> |
| <b>Deficiência Auditiva</b>                   | -               | -                        | -                      | -            | -         |
| <b>Deficiência Múltipla</b>                   | -               | -                        | -                      | -            | -         |
| <b>Altas Habilidades /<br/>Superdotação</b>   | -               | -                        | -                      | -            | -         |
| <b>Transtornos Globais do Desenvolvimento</b> | -               | <b>02</b>                | <b>01</b>              | -            | <b>03</b> |
| <b>Total</b>                                  | -               | <b>10</b>                | <b>12</b>              | -            | <b>16</b> |

**Fontes:** (1) Secretaria Municipal de Educação – Educa censo 2014;  
Colégio Estadual Maria Regis Valente código 52042375.

A conclusão que se pode tirar, após a análise da tabela é de que há um pequeno número de alunos com deficiência matriculados nas escolas de São Domingos, mas ainda assim o atendimento realizado não é o ideal. Uma das causas pode ser por deficiência nas estruturas físicas, seja por falta de profissionais qualificados para realizar o acompanhamento dos discentes.

Outro problema diagnosticado é o fato de não haver o conhecimento geral da demanda de pessoas que necessitam de educação especial em todo o município, devido à grande extensão da zona rural ou até a falta de interesse dos pais em introduzirem na sociedade estas crianças.

Assim sendo o que não permite ao município saber qual a real necessidade das crianças especiais existentes ou qual o número total delas, ficando assim impossibilitado de direcionar ações para o atendimento de toda esta população com necessidades especiais.

## **2.7 TRANSVERSALIDADE**

### **2.7.1 Educação Étnico Raciais**

O Brasil é um país de grande diversidade étnico-cultural, o povo brasileiro é formado a partir de uma mescla entre europeus, asiáticos, africanos e nativos (indígenas). Contudo, o preconceito racial ainda é muito presente na nossa sociedade. Por isso, há a necessidade de promover, na escola, as mudanças imprescindíveis para a transformação desse cenário. E é através do conhecimento e do esclarecimento que as diversas formas de discriminação podem ser combatidas.

O estudo das diferentes culturas e etnias que formam o povo brasileiro já era previsto na LDB, em seu Art. 26, §4º. Porém, esse estudo deveria ser inserido nos ensinamentos de história. Entretanto, a Lei nº 10.639/03 altera esse artigo da LDB e prevê a criação de uma disciplina específica: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e

particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003).

Em São Domingos vigorar, os profissionais que trabalham com ela não recebem qualquer tipo de formação específica, a não serem aqueles formados em história, nos casos em que este profissional recebe a qualificação necessária em seus cursos de nível superior. Contudo, o município não oferece nenhum tipo de curso de qualificação para o trabalho com essa disciplina, o mesmo já foi angariado no Plano de Ações Articuladas (PAR), mas ainda não fomos agraciados. Geralmente são desenvolvidos, dentro da área, projetos de conscientização e valorização da cultura negra a serem apresentados no “Dia Nacional da Consciência Negra”, 20 de Novembro.

### **2.7.2 Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual**

A diversidade sexual é tema bastante discutido nos dias atuais e apesar do preconceito ainda ser muito grande, as pessoas está muito mais aberto a debater sobre o assunto. A escola torna-se, então, um espaço propício a esse debate, e esse ambiente é de suma importância para que a discriminação seja de uma vez por todas deixada no passado.

As escolas de São Domingos, infelizmente, não desenvolvem projetos específicos para debater as relações de gênero e a diversidade sexual. Mas essa discussão está incluída em disciplinas do currículo escolar como: Ciências, Relações Humanas (R.H.), Filosofia. Em Ciências, por exemplo, faz parte do planejamento escolar o ensino e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Em contrapartida, não só a diversidade sexual é discutida nessas disciplinas, mas a prevenção do uso de drogas e o alcoolismo, racismo, homofobia e outras formas de discriminação. Contudo, isso não é o suficiente e averigua a necessidade de uma discussão maior do tema entre alunos, professores e a comunidade como um todo.

### **2.7.3 Educação Ambiental**

A educação ambiental tem se tornado nos últimos anos muito importante, haja vista, as alterações climáticas que afetam o planeta e que são tão discutidas pela mídia, pelos governos e pelas comunidades acadêmicas. De acordo com a Lei nº 9.795 de Abril de 1999, em seu Art. 9º, a educação ambiental devem ser desenvolvidas na educação: básica, superior, especial, profissional e de jovens e adultos. E em seu Art. 1º, assim explica o que é a educação ambiental: Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

No caso específico de São Domingos a educação ambiental não recebe muita ênfase. A sustentabilidade é tema restrito dos planos de disciplinas específicas como: Geografia e Ciências. Não existe um trabalho voltado para a formação de profissionais ou de criação de projetos com o intuito de trabalhá-la. Todavia, não há um projeto específico que trate do tema na escola ou na comunidade.

## **2.8 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

Os recursos destinados à educação têm tido grande destaque na mídia nacional recentemente. A cada dia a população conscientiza-se da necessidade de investir em educação para que o país possa alcançar desenvolvimento social e econômico.

Os recursos disponíveis são de grande importância na elaboração das metas deste documento. Por isso, é necessário pensar, avaliar e discutir os valores gastos pela administração pública, em educação, nos últimos anos.

**Tabela 39:** Receitas com o setor educacional do município de São Domingos, administradas pela prefeitura (2012/2014).

| <b>Ano</b>  | <b>Alimentação<br/>Escolar</b> | <b>Transporte<br/>Escolar</b> | <b>Convênios</b> | <b>Outras<br/>Receitas</b> | <b>Total</b> |
|-------------|--------------------------------|-------------------------------|------------------|----------------------------|--------------|
| <b>2012</b> | 230.000,00                     | 1.000.000,00                  |                  |                            | 1.230.000,00 |
| <b>2013</b> | 232.000,00                     | 1.100.000,00                  |                  |                            | 1.332.000,00 |
| <b>2014</b> | 250.000,00                     | 1.115.000,00                  |                  |                            | 1.365.000,00 |

**Fontes:** Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Domingos

Pode-se observar na tabela 39 que os valores investidos em alimentação têm crescido nos últimos anos, já em transporte e em outros setores da educação tem havido uma queda no total designado.

**Tabela 40:** Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de São Domingos, por nível ou modalidade de ensino (2009 / 2012).

| <b>Ano</b>  | <b>Ed.<br/>Infantil</b> | <b>Ensino<br/>Fundamental</b> | <b>Ensino<br/>Médio</b> | <b>EJA</b>      | <b>Outros</b>     |
|-------------|-------------------------|-------------------------------|-------------------------|-----------------|-------------------|
| <b>2012</b> | <b>642.115,85</b>       | <b>642.115,85</b>             | -                       | <b>1.625,48</b> | <b>550,00</b>     |
| <b>2013</b> | <b>798.992,58</b>       | <b>6.199.959,96</b>           | -                       | -               | <b>269.432,30</b> |
| <b>2014</b> | <b>918.105,38</b>       | <b>6.572.988,97</b>           | -                       | -               | <b>305.687,50</b> |

**Fontes:** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/>. Acesso em: 26/05/2015;  
Secretaria Municipal de Educação de São Domingos, 2015.

Os gastos com educação infantil cresceram muito de 2012 a 2014, hoje o município mantém menos escolas dessa modalidade. Contudo, os maiores gastos continuam sendo com ensino fundamental, modalidade na qual está inserida a maior quantidade de escolas.

**Tabela 41:** Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no município de São Domingos (2011 / 2014).

| Ano         | Total recebido | Aplicação               |                        |                |
|-------------|----------------|-------------------------|------------------------|----------------|
|             |                | Salário dos professores | Capacitação dos leigos | Gastos com MDE |
| <b>2012</b> | 3.442.924,29   | 2.068.465,02            |                        | 29,88%         |
| <b>2013</b> | 3.899.278,06   | 2.339.566,88            |                        | 11,45%         |
| <b>2014</b> | 4.243.030,84   | 2.547.216,46            |                        | 24,04%         |

Fontes: Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/>. Acesso em: 25 Ago. 2013;  
Secretaria Municipal de Educação, 25 Maio 2015.

Na tabela 40 é possível perceber que o total aplicado pelo FUNDEB cresceu com o passar dos anos e que, como previsto por lei, a maior parte desse valor é utilizada para pagar o salário dos professores.

**Tabela 42:** Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2014 (Em R\$).

| Dos recursos                         |   | Da aplicação               |            |
|--------------------------------------|---|----------------------------|------------|
| Receita de impostos e transferências | 25% da receita de impostos e transferências | Total aplicado em educação | % aplicado |
| 15.444.209,32                        | 4245.360,77                                 | 7.162.337,72               | 30.19      |

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação de São Domingos, 02 Maio 2015.

**Tabela 43:** Recursos da educação no PPA (2012 / 2014).

| Anos | Previsto em R\$ | Total utilizado |
|------|-----------------|-----------------|
| 2012 | 2.423.443,50    | 3.081.798,67    |
| 2013 | 2.551.167,00    | 3.017.909,54    |
| 2014 | 3.877.067,00    | 3.309.185,23    |

**Fonte:** Lei Municipal 058/2009/ Plano Plurianual.

O Plano Plurianual (PPA) conta com o acompanhamento e fiscalização do Legislativo Municipal e do Conselho Municipal de Educação. Contudo, o restante da população não está inserida adequadamente nesse processo. É assegurado, contudo, o direito do cidadão de obter informações sobre a gestão pública, conforme a lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011:

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art.5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (BRASIL, 2011).

A Secretaria Municipal de Educação sabe de suas responsabilidades, os recursos devem ser utilizados exclusivamente na atuação prioritária do município. Os investimentos ocorrem de acordo com as matrículas efetivadas na educação infantil, fundamental e ensino médio, conforme censo escolar.

Visa-se, prioritariamente, combater os maiores problemas da educação municipal dominicana que são a permanência do alunado na escola e o aprendizado, através de uma educação de qualidade.

## **3 CAPÍTULO 2 - DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME**

### **3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS**

Diante de tudo que foi exposto sobre a educação municipal, cabe, após a análise e reflexão das pendências identificadas, estabelecer metas prioritárias para a educação dominicana, que deverão ser realizadas nos próximos 10 (dez) anos. Contudo, antes de pensar as metas e suas respectivas estratégias é necessário discorrer sobre as diretrizes norteadoras deste documento e com base no estabelecido no PNE (Plano Nacional de Educação) aprovado pelo Senado Federal em Dezembro de 2013, que define 10 (dez) diretrizes para a educação nacional, estas mesmas serão diretrizes para o PME.

#### **DIRETRIZES**

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

## **METAS E ESTRATÉGIAS**

**Meta 1:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4(quatro) a 5(cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das crianças de até 3(três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

- 1.1) Promover as matrículas de crianças com esta faixa etária (4 e 5 anos) através de comunicados, mobilizando pais e comunidade para a importância da permanência dessas crianças nas escolas;
- 1.2) Identificar as evasões escolares nesta faixa etária, através da parceria com os agentes de saúde e Pastoral da Criança, buscando o apoio do Conselho Tutelar para o efetivo cumprimento da lei;
- 1.3) Promover o acesso gradativo à Educação Infantil em horário Integral, iniciando na zona urbana e estendendo na zona rural até o final de vigência deste plano;
- 1.4) Promover o atendimento das crianças do campo na educação infantil, estabelecendo uma distribuição das crianças coerente com a realidade, atendendo as especificações das comunidades rurais;
- 1.5) Promover a comunicação entre comunidade e escola, principalmente com as famílias de baixa renda, buscando a excelência na Educação Infantil;
- 1.6) Fazer levantamentos anuais de adequação e reforma bem como a construção de acordo com as demandas discentes do município, observando os padrões mínimos de infraestrutura e segurança para as escolas;
- 1.7) Estabelecer mecanismos de consultas públicas em regime de colaboração, e levantamento periódicos para definição da demanda de oferta de vagas das famílias por creches;
- 1.8) Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, atendimento por profissionais com formação superior;

**Meta 2:** Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias;

2.1) Garantir um transporte escolar ,em regime de colaboração entre União Estado e Municípios, que atenda aos requisitos básicos de segurança e conforto segundo(DETRAN), bem como as estradas de rotas escolares, visando mais agilidade e menos tempo dos alunos na estrada;

2.2) Organizar em parceria com coordenadores e diretores, mecanismos de acompanhamento dos alunos faltosos evitando a evasão escolar desses alunos.

2.3) Fortalecer a cooperação em parceria dos órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e a juventude, bem como o Ministério Público, na busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola e/ou problemas disciplinares;

2.4) Implementar junto com o professor de Educação Física Projetos Esportivo na escola atendendo desde os anos iniciais realizando competições escolares e incentivando a frequência e o bom desempenho na sala de aula, já no primeiro ano de vigência deste plano;

2.5) Organizar em conjunto com as escolas estaduais mecanismos que resgatem as tradições do município, como : Quadrilha, Carnaval e festa de Agosto(Padroeiro)

2.6) Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental.

**Meta 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15(quinze) a 17(dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1) Buscar parcerias com o Sindicato Rural, SENAI, cursos profissionalizantes que promovam ingresso dos jovens no mercado de trabalho;

3.2) Promover juntamente com as escolas a divulgação e a visitação de grutas, cachoeiras, etc. conscientizando e formando cidadãos que respeitem as nossas riquezas ecológicas(naturais);

3.3) Incentivar através de palestras, debates e fóruns as possibilidades turísticas dos municípios como uma provável fonte de renda para o futuro.

3.4) Promover a parceria com os profissionais da saúde, assistência social, Ministério Público, projetos conscientizando as famílias sobre a importância da escola na formação dos jovens.

3.5) Ofertar turno diurno e noturno para matrículas no Ensino Médio, garantindo a oferta de escolha, e dando oportunidade aos jovens que trabalham a oportunidade de estudar;

3.6) Promover para os discentes, através da disponibilização de transporte e/ou hospedagem, a realização do Exame Nacional de Ensino Médio-ENEM;

**Meta 4:** Universalizar, para a população de 4(quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

- 4.1) Construir e equipar uma sala de Educação Especial para atender 100% dos alunos da zona urbana com necessidades especiais;
- 4.2) Formar e capacitar professores para trabalharem nesta área específica, dando atendimento especializado, promovendo assim a inclusão destes alunos até o final de vigência do plano;
- 4.3) Realizar, em conjunto com a Secretaria de Ação Social e Saúde, levantamento de pessoas de 4(quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiências, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.4) Promover a inclusão dos alunos com NE e a escola, através de projetos, debates, fóruns e palestras para acabar com qualquer formas de discriminação;
- 4.5) Fomentar a educação inclusiva em conjunto com o ensino regular e o atendimento especializado;
- 4.6) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, garantindo o acesso das pessoas;
- 4.7) Ofertar cursos na área da Educação Inclusiva e Especial a todos os professores, para que ambos tenham a mínima formação possível para atender o público alvo;

**Meta 5:** Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

- 5.1) Estimular a formação inicial e continuada de professores(as) para a alfabetização, com conhecimento de novas tecnologias educacionais e novas práticas pedagógicas;
- 5.2) Modular os melhores professores com maior formação pedagógica nas turmas de alfabetização, usando critérios de melhor desempenho do ano anterior.

5.3) Promover projetos, eventos, palestras, campanhas e debates visando a integração entre pais e escola, mostrando a importância e a força de sua participação na melhoria do Ensino de seus filhos;

5.4) Estimular o uso da tecnologia, como mídias, aula de informática, pesquisas, etc. como incentivadores neste processo de ensino de seus filhos;

5.5) Conscientizar os professores através de cursos de formação e debates, relatos de experiência sobre a importância de práticas pedagógicas inovadoras, mostrando o lúdico como um grande aliado no processo de formação de conhecimento;

5.6) Apoiar e assegurar a alfabetização de crianças do campo com a produção de materiais didáticos específicos, fornecendo as crianças a identidade cultural da sua comunidade;

**Meta 6:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica;

Estratégias:

6.1) Procurar oferecer condições e implantação da educação infantil na rede pública municipal em tempo integral com o apoio da União;

6.3) Ampliar a jornada progressiva dos professores em uma única escola, de forma que o tempo de permanência passe a ser igual ou superior a 7(sete) horas, com suporte na infraestrutura adequada com apoio da União;

6.4) Implementar e manter, em regime de colaboração, com programas nacionais a ampliação das escolas, caso seja necessário, e reestruturação com quadras, espaços culturais, atividades artísticas, ações socioeducativas em parceria com a Secretaria de Saúde.

6.5) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliar a jornada escolar com entidades privadas de serviço social articuladas através da rede municipal de ensino;

6.6) Manter, em regime de colaboração com a União, programa nacional para a instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática com acesso a internet, bibliotecas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.7) Elaborar um cardápio junto com uma nutricionista garantindo a oferta de 3 (três) refeições diárias com qualidade para que o aluno desenvolva com perfeição as atividades físicas e psicológicas nas oficinas;

6.8) Exigir formação específica para os profissionais da área da educação básica, bem como planejamento das atividades e excelência nos trabalhos desenvolvidos no turno ampliado;

6.9) Desenvolver projetos em parceria com a Secretaria de Saúde para acompanhar e combater a obesidade e o baixo peso, durante as atividades relativas ao seu aprendizado;

**Meta 7:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

|                                     | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 | 2023 |
|-------------------------------------|------|------|------|------|------|
| Anos iniciais do Ensino Fundamental | 5,2  | 5,5  | 5,7  | 6,0  | 6,2  |
| Anos finais do Ensino Fundamental   | 4,7  | 5,0  | 5,2  | 5,5  | 5,7  |
| Ensino Médio                        | 4,3  | 4,7  | 5,0  | 5,2  | 5,5  |

Estratégias:

7.1) Estabelecer e implantar diretrizes pedagógicas para a educação básica, com direitos, objetivos e metas de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano de escolaridade;

7.2) Assegurar que no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70%(setenta por cento) dos alunos(as) do Ensino Fundamental tenham atingido nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de desenvolvimento e aprendizagem do seu ano de estudo;

7.3) Combater e acompanhar alunos faltosos através de Conselho Escolar, nomeados na própria escola, para desempenhar esta função;

7.4) Fazer a intervenção nos casos de alunos com mais de 03 faltas consecutivas, convocando os pais e se preciso o Cons. Tutelar para auxiliar nos mesmos;

7.5) Modular profissionais capacitados, com os melhores rendimentos da escola para atuar no final de cada ciclo, avaliado pelo IDEB;

7.6) Investir na formação continuada dos profissionais da educação como uma forma de promover o constante aprendizado e a diversidade das metodologias de Ensino;

7.7) Implantar em até 5 anos de vigência deste plano , o atendimento mensal nas escolas de grupo de profissionais que ajudem a identificar e direcionar o atendimento de alunos com NE, como: Fonoaudiólogos, psicólogos, pedagogo, psicopedagogo, neurologista e etc.;

7.8) Garantir transporte gratuito para todos(as) os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária a educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização da frota de veículos, de acordo com o INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação direta da União, visando assim reduzir a evasão escolar e o tempo gasto nos deslocamentos;

7.9) Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, principalmente as escolas rurais, com a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação

(manutenção) dos recursos, favorecendo a transparência e o desenvolvimento da gestão democrática;

7.10) Estabelecer e rever no prazo de 1 ano a partir da data de publicação desta lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizadas como referência para a infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, transportes, entre outros insumos relevantes, bem como a adoção de novas medidas para a melhoria da qualidade de ensino;

7.11) Garantir políticas de combate a violência na escola, com a capacitação de educadores para detectar os sinais e suas causas, como a violência sexual, para tomar decisões adequadas para construir um ambiente escolar dotado de segurança e paz para a comunidade;

7.12) Mobilizar as famílias, com reuniões exemplificando experiências próprias de educação popular cidadã, para que a educação seja compartilhada por todos os agentes envolvidos na educação do aluno;

7.13) Estabelecer ações para que se promova a prevenção, a atenção e atendimento a saúde e a integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, para seu melhor desempenho em benefício da educação;

7.14) Estabelecer políticas de estímulos as escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar a mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;

**Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, a igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Estratégias:

8.1) Ofertar aos jovens e adultos da zona rural turmas de alfabetização, que atendam as necessidades locais de ensino, respeitando as dificuldades da região.

8.2) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.3) Desenvolver projetos de atividades agropecuárias com meios que promovam a conscientização, preservação e oferta da água diminuindo de forma gradativa o desperdício de água e a amenização da seca nessas regiões;

**Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) aos ou mais para 93,5%(noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar a analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### Estratégias

9.1) Promover através de palestras e comunicados em mídia diversas, campanhas que visem a atingir este público, mostrando a importância e a necessidade do ensino no desenvolvimento pessoal ,profissional e social destes jovens;

9.2) Criar e implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, com adicional do programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem os cursos de alfabetização;

9.3) Promover ações de atendimento aos estudantes da educação de jovens e adultos por meio de programas de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento de óculos, em articulação com o Ministério da Saúde e entidades filantrópicas;

9.4) Considerar as necessidades dos idosos , com vistas a promoção da erradicação do analfabetismo, com acesso a atividades recreativas e

tecnológicas educacionais , valorizando a experiência dos idosos , nas políticas publicas de jovens e adultos.

**Meta 10:** Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional;

Estratégias:

10.1) Oferecer matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora, em parceria com a União, Estado e Município;

10.2) Promover cursos técnicos que visem estimular a economia local ministrados com profissionais fornecidos pelo Senai, Emater,etc.,com apoio da prefeitura local , para que estes cursos sejam realizados na própria comunidade;

10.3) Realizar projetos que promovam a interação entre escola e sociedade como: horta comunitária, construção e reforma de praças e pátios promovendo inclusão social e o aumento da dignidade humana.

**Meta 11:** Triplicar as matrículas em educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento), da expansão no segmento público;

Estratégias:

11.1) Expandir as matrículas em Educação profissional técnica de nível médio, para sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais da região do município;

11.2) Fomentar a oferta de educação técnica de nível médio nas redes públicas municipais na modalidade de educação a distância , democratizando assim acesso a educação técnica profissional gratuita;

11.3) Promover em regime de parceria com a Escola Estadual João Honorato, com o apoio do Governo Federal e Estadual, cursos técnicos diversos, com período de conclusão em curto prazo;

11.4) Promover a certificação destes cursos;

11.5) Criar um cadastro destes profissionais divulgando e ofertando aos mesmos vagas no mercado de trabalho local;

11.6) Construir uma Escola Pólo técnica profissionalizante, observando a oferta de profissionais locais para atender a demanda regional de alunos;

**Meta 12:** Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:

12.1) Incentivar a oferta de estágio como parte da formação na educação;

12.2) Ofertar o deslocamento para os professores que optarem e realizar o curso superior em municípios vizinhos, em distâncias inferiores a 160 Km do nosso município;

12.3) Promover o deslocamento em parceria com a prefeitura local, dos alunos que farão provas de acesso ao Ensino Superior como: ENEM e Vestibular em distância inferior a 160 Km do município;

12.4) Fazer divulgação prévia dos cursos superiores ofertados no nosso município e em municípios vizinhos, bem como as condições e as

possibilidades de ajuda do poder executivo e legislativos para o ingresso no curso superior;

12.5) Procurar, no decorrer deste PME, promover a acessibilidade nas instituições de educação superior, onde haja acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação a pessoas com deficiências;

**Meta 13:** Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

13.1) Proporcionar licença renumerada aos professores dos cursos de mestrado e doutorado, salientando no próprio benefício, se for o caso, no término do curso, o bolsista professor deverá desenvolver atividades na rede, por pelo menos 5 (cinco) anos;

13.2) Promover cursos, palestras e formação superior ou de nível médio profissionalizante, utilizando os professores mestrandos ou doutorandos formados pelo município;

13.3) Promover a formação continuada dos diretores (as) e dos profissionais da administração direta da educação superior, como gestão escolar e administrativa;

**Meta 14:** Elevar gradualmente o número de matrículas em nível de pós-graduação lato sensu (especialização) em 50% e 5% em stricto sensu (mestrado e doutorado) dos profissionais de educação, até o fim de vigência deste Plano.

Estratégias:

14.1) Viabilizar por meio de parcerias entre as Instituições de Ensino Federais e Estaduais a oferta de cursos Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) nas cidades pólos do interior e a possibilidade de oferta dos mesmos na EAD.

14.2) Criar políticas de acesso a Universidade dos profissionais que estão no exercício do magistério e que ainda não efetivaram sua formação em pós-graduação, mestrado ou doutorado.

14.3) Implementar o acesso a internet de qualidade nos laboratórios de informática das escolas da rede pública municipal, para propiciar a inclusão dos usuários a portais com a Plataforma Freire e outros portais;

14.4) Implantar programas, em regime de colaboração com o Estado e a União, que ampliem a oferta de vagas nos cursos de pós-graduação ( lato sensu e stricto sensu) e formação continuada, de forma gratuita;

**Meta 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano da vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

15.1) Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e privadas de educação superior existente no município, e defina obrigações entre os partícipes;

15.2) Garantir a contratação somente de profissionais formados, nas suas específicas áreas, visando a melhor qualidade da educação ofertada na rede de ensino público ;

15.3) Desenvolver e instituir programas de incentivos a concessão de bolsas de estudos para que alunos carentes possam ingressar na carreira de docência, com recursos da União em parceria com o Estado e o Município;

15.4) Valorizar os professores com melhores salários, de acordo com seu nível de especialização, respeitando o estabelecido no Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal e no Estatuto do Magistério Público;

15.5) Oferecer vencimentos de 40(quarenta) horas, mínimas, como incentivo e estímulo a professores(as) estabelecidos na zona rural do Município, evitando migração após o estágio probatório e valorizando os saberes e a fixação da comunidade do campo, e tendo 2 (dois) dias na semana aulas estendidas com o objetivo de realização projetos culturais e esportivos aos alunos do campo;

15.6) Criar mecanismos para estimular o professor(a) do campo com projetos comunitários, suporte didático, estimulando as comunidades rurais na valorização de seus saberes, conforme lei federal;

15.7) Ofertar e assegurar, a partir do primeiro ano de vigência do PME, acesso gratuito aos profissionais da educação básica, graduação em área de conhecimento em que atuam , em instituições públicas ou privadas, com recursos da União e Município;

**Meta 16:** Formar, em nível de pós-graduação, 50%(cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1) Participar do processo de ampliação e consolidação do portal eletrônico para subsidiar a atuação dos (as) professores (as) da educação básica,

disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.2) Consolidar diretrizes nacionais em áreas prioritárias com as instituições formadoras e processos com certificação das atividades formadoras;

16.3) Fortalecer a formação dos (as) professores (as) e das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo Magistério Público;

16.4) Promover, com auxílio das instituições de educação federais, estaduais e municipal condições para que os professores (as) concluam sua pós-graduação, e demais profissionais da educação básica;

16.5) Formar até o último ano de vigência deste plano 80% (oitenta por cento) dos professores (as) da rede municipal de ensino no curso de pós-graduação, estimulando o professor a concluir sua formação, e se valorizando como educador;

**Meta 17:** Valorizar os (as) profissionais das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio aos dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste PME.

Estratégias:

17.1) Constituir, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, até o final do 1º (primeiro) ano de vigência do PME, fórum permanente de avaliação com representação da SME, Conselho do FUNDEB, CME e representantes dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do piso salarial nacional da educação básica, no nosso município;

17.2) Constituir como tarefa básica do fórum permanente a evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE;

17.3) Ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para a implementação da valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso nacional profissional;

17.4) Revisar sempre que necessário o Plano de Carreira dos professores (as) de acordo com as necessidades locais e legislação federal, no âmbito do município com a participação efetiva do CME;

17.5) Viabilizar a criação de incentivos a instituições não governamentais, para que se possa executar projetos pedagógicos, aumentando a receita do município, de modo a assegurar o aumento da receita fiscal do município;

17.6) Realizar um convenio entre a SME e as operadoras de Plano de Saúde, preferencialmente o IPASGO, para que os professores (as) tenham condições de tratar e reduzir os custos de seus exames e consultas médicas;

17.7) Implantar até o 3º (terceiro) ano de vigência deste plano, um convênio com o Banco do Brasil, para aquisição de crédito consignado, para os profissionais da educação;

17.8) Construir com recursos federais, observando o potencial turístico do município, um clube polo, para atender os profissionais da educação local e regional, promovendo assim o lazer e a valorização da nossa região;

**Meta 18:** Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar com referência o piso nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

18.1) Estruturar a rede municipal de educação básica deste PME, até o início do 3º(terceiro) ano de sua vigência. Sendo 90%(noventa por cento) no mínimo dos respectivos profissionais do magistério e 50(cinquenta por cento) no

mínimo dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes efetivos em seus cargos e estejam em exercícios na rede municipal com seus vínculos onde se encontrarem;

18.2) Implantar, nas redes públicas de educação infantil e básica, acompanhamento dos (as) profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias;

18.3) Assegurar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para o Município, uma vez aprovada a Lei específica estabelecendo possibilidades do Plano de Carreira para os (as) demais profissionais da educação;

18.4) Realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, em colaboração com o CME, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

18.5) Considerar as especificações socioculturais das escolas do campo, das comunidades indígenas e quilombolas no provimentos de cargos efetivos se assim for necessário, caso ocorra tais especificações no Município;

18,6) Acompanhar e aplicar a Lei Municipal 005/11, que instituiu o Plano de Carreira para os profissionais da educação municipal, assegurando o pagamento de vencimentos de acordo com Plano de Carreira, exclusivamente para diretores, coordenadores modulados em sala de aula na rede de ensino municipal;

18.7) Prever no Plano de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças renumeradas e incentivos para a qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto-sensu;

**Meta 19:** Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

19.1) Favorecer o processo de autonomia nas redes públicas municipais de ensino realizando eleições para diretor com os efetivos do magistério das escolas municipais do ensino fundamental acima 80 (oitenta) alunos já no primeiro ano de vigência deste PME;

19.2) Assegurar autonomia de Conselho Municipal de Educação para a elaboração de critérios técnicos que fundamentem o Decreto que normatize a eleição e a profissionalização dos gestores escolares;

19.3) Desenvolver políticas de formação de diretores e gestores escolares a fim de qualificar sua atuação na dimensão político-pedagógica, administrativa e financeira da instituição;

19.4) Ampliar a participação nos programas de apoio e formação aos (as) Conselheiros (as) dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social: FUNDEB, Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho de Alimentação Escolar (CAE) de outros, e aos (as) representantes educacionais e demais Conselhos de Acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções, assegurando o repasse de recursos do Estado e da União para tanto;

19.5) Assegurar, no âmbito do Município, as condições para o funcionamento do Fórum Municipal de Educação (FME), para que este coordene as conferências municipais e efetue o acompanhamento da execução do PME;

19.6) Estimular e fortalecer os Conselhos Escolares e o CME, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional,

inclusive por meio de Programas de formação de Conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.7) Assegurar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira r nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal, respeitando a legislação de responsabilidade fiscal vigente;

19.8) Realizar reuniões com os pais e alunos para identificar e corrigir possíveis erros na escola, tanto na parte pedagógica com na parte estrutural da escola, dando espaço para sugestões e críticas;

19.9) Assegurar que os assuntos referentes a licença no geral deverão ser concedidas mediante aprovação mútua entre diretores e a Secretaria Municipal de Educação (SME);

**Meta 20:** Ampliar o investimento público em educação de forma atingir, mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto-PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

20.1) Implantar até o 3º (terceiro) ano de vigência deste plano, em parceria com o poder Executivo e Legislativo local, a cobrança do IPTU, destinando 60% (sessenta por cento) da arrecadação total para o pagamento do salário dos profissionais da educação;

20.2) Garantir fontes de arrecadação permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica do município, incluindo a colaboração de repasses do Estado e da União, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

20.3) Considerar incluso os recursos advindos da União com a futura parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos do pré-sal;

20.4) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos para que haja transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados na educação, realizando audiências públicas, portais de transparências, com o CME Conselho Fiscal do FUNDEB, com a Secretaria Municipal de Educação e com Tribunal de Contas do Município;

20.5) Acompanhar por meio do INEP, os custos regular por aluno da educação básica em todas as suas etapas e modalidades;

### **3.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME**

Um documento que norteia os rumos da educação para os próximos dez anos é de grande importância, por isso, é necessária sua avaliação e revisão em momentos oportunos. Por ter um período de validade relativamente grande, muito pode acontecer no município, faz-se necessário, portanto, avaliar o PME a cada 1 (um) ano e realizar as alterações necessárias para que as metas previstas neste documento sejam cumpridas até o fim de sua vigência.

A avaliação será através de:

- Levantamento de dados estatísticos em sites oficiais;
- Levantamento de dados na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- A avaliação deverá ser quantitativa e qualitativa;

Diante do exposto cabe salientar que o grupo avaliador deverá ser composto por membros de setores ligados direta e indiretamente a educação, são eles:

- Representante dos professores;
- Representante dos alunos;
- Representante dos diretores;
- Representante do executivo municipal;
- Representante do legislativo municipal;
- Representante do Conselho Tutelar;
- Representante do Conselho Municipal de Educação.

O grupo avaliador deverá, após a análise dos resultados obtidos, redigir um relatório que deverá ser entregue a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a Câmara Municipal de Vereadores e ao Conselho Municipal de Educação, para que as medidas necessárias para o cumprimento do estabelecido no PME sejam tomadas.

| <b>PLANO DE AÇÃO DO CME DE SÃO DOMINGOS - 2015</b>   |  |                   |
|--|--|-------------------|
| <b>AÇÕES</b>   | <b>OPERACIONALIZAÇÃO</b>   | <b>REALIZAÇÃO</b> |
| 1. Realizar Reuniões do Conselho Pleno   | 1. Elaborar Cronograma<br>2. Realizar mensalmente as reuniões ordinárias e/ou extraordinárias  | Jan. a Dez.       |
| 2. Realizar mensalmente reuniões da Câmara de Educação Infantil – CEI e Câmara de Ensino Fundamental - CEF             | 1. Elaborar Cronograma anual de reuniões<br>2. Elaborar Plano de Ação Anual da CEI e CEF<br>3. Dar continuidade aos processos de Credenciamento e Autorização das Instituições de Educação Infantil<br>4. Dar continuidade aos processos de Credenciamento, Recredenciamento, Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento das Escolas Municipais | Jan. a Dez.       |
| 3. Credenciar, Recredenciar, Autorizar e Reconhecer as Instituições Escolares (Educação Infantil e Ensino Fundamental) | 1. Analisar os processos encaminhados pelas Instituições Escolares<br>2. Realizar visitas às instituições escolares em processo de recredenciamento, escolhidas por amostragem;<br>3. Emitir Parecer de Credenciamento, Recredenciamento e Autorização das Instituições<br>4. Enviar Pareceres para as Instituições escolares                                  | Jan. a Dez.       |
| 4. Analisar os Relatórios de Atividades Anuais   | 1. Analisar os Relatórios enviados pelas Instituições Escolares<br>2. Aprovar os Relatórios<br>3. Informar as escolas através de documento de declaração de aprovação do RAA   | Jan. a Dez.       |

|  |   |             |
|--|---|-------------|
| 5. Analisar os processos de Licença Provisória de Professores  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Analisar os processos enviados pelas Instituições Escolares</li> <li>2. Aprovar os Processos</li> <li>3. Informar às escolas através de documento de Licença Provisória de professores</li> </ol>   | Jan. a Dez. |
| 6. Dar encaminhamento aos Pareceres e consultas feitas ao CME  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Analisar na CEF e/ou CEI consultas enviadas ao CME</li> <li>2. Elaborar os Pareceres</li> <li>3. Apresentar para aprovação nas Câmaras e/ou Conselho Pleno</li> <li>4. Encaminhar Parecer ao interessado</li> </ol>   | Jan. a Dez. |
| 7. Dar continuidade ao processo de mobilização social  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizar Encontros com os segmentos</li> <li>2. Eleger Representantes dos Segmentos: Diretores das escolas municipais; Sociedade Civil;</li> <li>3. Indicação: CMDCA;</li> <li>4. Elaborar estratégias para potencializar as mobilizações dos segmentos.</li> </ol>   | Jan. a Dez. |
| 8. Promover Formação Continuada para os Conselheiros do CME e possibilitar a participação do CME em Capacitações Estaduais e Nacionais | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizar Capacitação/estudos</li> <li>2. Elaborar cronograma dos estudos e das capacitações</li> <li>3. Articular com a Coordenação Estadual da UNCME</li> <li>4. Garantir a participação nas capacitações promovidas pelas UNCME/UNDIME e MEC</li> <li>5. Articular com a UNCME estadual apresentação do mapeamento dos processos do CME em evento estadual</li> </ol> | Jan. a Dez. |
| 9. Promover Capacitações   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participar de Encontro com Gestores</li> <li>2. Realizar capacitações com os Secretários</li> </ol>   | Jan. a Dez. |

|  |   |             |
|--|---|-------------|
| para os Gestores e Secretários Escolares                         | Escolares em exercício sobre os RAA's<br>3. Elaborar Cronograma de atendimento aos Gestores e Secretários Escolares para orientações RAA's<br>4. Realizar atendimento individualizado aos Gestores e Secretários Escolares para RAA's   |             |
| 10. Assessoramento técnico-pedagógico aos Conselheiros Escolares | 1. Produzir documento com Orientações técnico-pedagógicas para os Conselheiros Escolares  | Jan. a Dez. |
| 11. Dar continuidade aos estudos nas Comissões Temáticas         | 1. Instituir comissões temáticas para trabalhar os seguintes temas: Processos de Legalização na prática; Correção de fluxo; Educação Profissional; Regulamentação de orientações para elaboração do Regimento Escolar; Educação Especial; Diretrizes curriculares do município; Padrões Básicos de Funcionamento das escolas; Orientações aos Conselhos Escolares; Produções em andamento (Participação dos pais nos CEs; Profissionais da Educação; Mal estar docente; A participação dos segmentos nas reuniões e deliberações do CME; O mapeamento dos processos do CME desde o protocolo até publicação). | Jan. a Dez. |
| 12. Adquirir software e atualizar site                           | 1. Informatização do CME<br>2. Adquirir software para entrada e saída de processo;<br>3. Atualização permanente do site do CME  | Jan. a Dez. |

|   |  |             |
|---|--|-------------|
| 13. Revisão do Regimento Interno do CME   | 1. Revisar o Regimento na perspectiva de rever o posicionamento dos suplentes.   | Jan. a Dez. |
| 14. Infraestrutura do CME   | 1. Equipar com mesas, computador e impressora a sala do conselho.  | Jan. a Dez. |
| 15. Realizar alterações na Legislação do CME (Lei de Criação e alterações)                            | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Revisão da lei de criação do CME e suas alterações pelas Câmaras para alteração do mandato dos segmentos que compõem o CME.</li> <li>2. Aprovação das alterações na lei de criação do CME no Conselho Pleno</li> <li>3. Encaminhamento das alterações ao Secretário de Educação para conhecimento</li> <li>4. Enviar as alterações da lei do Regimento Interno do CME para apreciação da Procuradoria Geral do Município.</li> </ol> | Jan. a Dez. |
| 16. Acompanhar e avaliar o PME  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participar de encontros com os segmentos para discutir a execução do PME</li> <li>2. Conhecer e divulgar o PME</li> <li>3. Acompanhar e Avaliar a implementação do PME</li> </ol>  | Jan. a Dez. |
| 17. Realizar encontros bimestrais com Secretaria de Saúde e Assistência Social referentes a Educação. | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar cronograma</li> <li>2. Analisar e Criar programas com profissionais da saúde com os educando</li> <li>3. Participar de palestras nas escolas com educadores e educando.</li> </ol>  | Jan. a Dez. |
| 18. Realizar encontros Semestrais com   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar Cronograma</li> <li>2. Organizar palestra nos dias coletivos nas escolas.</li> </ol>  | Jan. a Dez. |

|  |  |  |
|--|--|--|
| o Ministério Público e representantes da Segurança Pública Municipal (Civil, Militar e Conselho Tutelar) | 3. Informar ao MP os problemas das unidades escolares<br>4. Enviar pareceres para escolas e MP sobre os problemas ocorridos. |  |
|--|--|--|

## REFERÊNCIAS

**ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL.** Disponível em:[http://www.atlasbrasil.org,BR/2013/PT//perfil\\_n-saodomingos\\_go](http://www.atlasbrasil.org,BR/2013/PT//perfil_n-saodomingos_go). Acesso em 27 abril 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 185º da Independência e 108º da República, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** PARECER CEB 22/98, aprovado em 17/12/98 (Processo 23001.000196/98-32).

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil,** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998. Volume 1.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999.** Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: 178º da Independência e 111º da República, 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 182º da Independência e 115º da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 06 de Fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 185º da Independência e 118º da República, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e

no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e 90 dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Brasília: 190o da Independência e 123o da República, 2011.

**BRASIL. Projeto de Lei da Câmara.** Lei nº 103, de 2012. Aprova o Plano Nacional de Educação.

**BRASIL. Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012** (PL nº 8.035, de 2010, na Casa de origem), que “Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

**Colégio Estadual Maria Regis Valente** código 52042375.

CONVIVA EDUCAÇÃO <http://convivaeducacao.org.br/platform/indicators/ibge>. Acesso em: 10/04/2015.

**DATASUS. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇOS DO SUS** <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/alfGO.def>. Acesso em: 24 abril 2015.

Escola Municipal Germana Fernandes Lima. Código 52075605

Escola Municipal Jardim de Infância Monte Sião. Código 52042855

Escola Municipal São João Evangelista. Código 52042766

**FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO** <https://www.fnde.gov.br/siope/>. Acesso em: 25 Ago. 2013;

**IMAGENS DA CIDADES, LOCALIZAÇÃO DE SÃO DOMINGOS** [www.google.com.br/imagensaodomingos](http://www.google.com.br/imagensaodomingos), acesso em: 10/04/2015

INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS  
<http://ide.mec.gov.br/2007/2010>>. Acesso em 19 Abril 2015.

INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS  
<http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/5219803>, acesso em 23  
 Maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22  
 Maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE, **Censo Demográfico 2010**.  
 Clique  [aqui](http://www.censo2010.ibge.gov.br/) para obter as informações do Censo Demográfico 2010. <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22  
 Maio. 2015;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA  
<http://portaldoinep.gov.br/2015/basica/senso/sensoescolar/matriculas>. Acesso em: 15 de Abril de 2015;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>.  
 Acesso em: 25 de Abril de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 24 Ago. 2013.  
<http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/5219803>, acesso em: 25 de Abril de 2015;

Lei Municipal 058/2009/ Plano Plurianual

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_Municipios\\_Brasil\\_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking);  
[http://www.unicef.org/brazil/pt/activities\\_10175.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_10175.htm). Acesso em: 24 Maio 2015.

**REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL/Ministério da Educação e do Desporto**, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília; MEC/SEF, 1998.

Secretaria Municipal de Educação – Educa censo 2014;

Secretaria Municipal de Educação de São Domingos, 02 maio 2015.

Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Secretaria Municipal de Saúde de São Domingos-Go, 2015.

Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Domingos  
UNICEF. **Índice de Desenvolvimento Infantil.** Disponível em:  
[http://www.unicef.org/brazil/pt/activities\\_10175.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_10175.htm). Acesso em: 24 Maio 2015.